

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jaime de Oliveira Soares

O POVO COMO FIEL DA BALANÇA:

trajetória da teoria do populismo na obra de Ernesto Laclau

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jaime de Oliveira Soares

O POVO COMO FIEL DA BALANÇA:

trajetória da teoria do populismo na obra de Ernesto Laclau

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais (concentração em Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio de Almeida.

São Paulo

2010

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Aos professores e colegas, que me acompanharam durante os anos de estudos.

Aos pesquisadores do NEILS, com quem participei dos debates e eventos acadêmicos nos últimos dois anos.

Ao professor Lúcio Flávio de Almeida, pela orientação da presente pesquisa.

Aos professores Edison Nunes e Jair Pinheiro, pelo auxílio e esclarecimentos durante o andamento deste mestrado.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe e ao meu irmão.

Aos meus amigos: Ana Claudia, Caio, Daniel, Gabriel (ambos), Josi, Julia, Juliano, Karen, Melissa, Renato, Rudá e Vivian.

DEDICATÓRIA

Para a Mel

RESUMO

Esta pesquisa tem como problemática o papel que o povo exerce no processo de formação das identidades políticas e na construção de discursos políticos por movimentos políticos na América Latina: quem é o povo na sociedade de massas contemporânea? Qual é o peso de seu papel nos acontecimentos sociais e políticos das formações sociais nacionais na história recente? O presente trabalho, portanto, tem por objetivo principal reconstruir parcialmente o longo trajeto da “teoria do populismo” na obra acadêmica do pesquisador e professor, nascido na Argentina e radicado na Inglaterra, Ernesto Laclau, com o intuito de estudar alguns seus elementos centrais, além de apresentar suas rupturas e continuidades frente aos acontecimentos históricos. Como objetivo específico, também almejado, pretende apresentar parte do debate de ideias que envolve, atualmente, tal teoria dentro das ciências sociais, apresentando alguns de seus interlocutores. Pensa-se que tais objetivos são fundamentais para que se consiga futuramente produzir análises políticas acerca das movimentações políticas nos países (as formações sociais nacionais) da América Latina.

Palavras-chave: Populismo. Povo. Ernesto Laclau. Hegemonia. Classes sociais.

ABSTRACT

This research has as discusses the role that the people exercise in the formation of political identities and the construction of political speeches by political movements in Latin America: who are the people in contemporary mass society? What is the weight of its role in social and political events of national social formations in recent history? This study therefore aims to partially reconstruct the main path along the "theory of populism" in the work of academic researcher and teacher, born in Argentina and settled in England, Ernesto Laclau, with the aim of studying its core elements, besides presenting its ruptures and continuities front of historical events. Another objective, also sought, is to present part of the debate of ideas involving currently such a theory within the social sciences, presenting some of his interlocutors. We believe that these objectives are critical to the future that we can produce policy analysis about the political movements in countries (national social formations) in Latin America.

Keywords: Populism. People. Ernesto Laclau. Hegemony. Social Class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- DA TEORIA DA ARTICULAÇÃO À TEORIA DO POPULISMO.....	17
1.1. Populismo: indefinição de um conceito consagrado.....	27
1.2. Reduccionismos: consagração de um paradigma definitivo	38
CAPÍTULO 2- A BALANÇA POPULISTA: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE ANÁLISE .	45
2.1. Demanda: unidade de análise.....	51
2.2. O povo como fiel da balança.....	54
2.3. Debates e combates acadêmicos	58
CAPÍTULO 3 - OS NOVOS POPULISMOS NA AMÉRICA LATINA: A IMPORTÂNCIA DA EMERGÊNCIA DO CASO VENEZUELANO.....	62
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:	72
Periódicos:.....	Erro! Indicador não definido.

QUADROS:

Quadro 01: Dimensões estruturais necessárias para a existência do momento populista.....53

Quadro 02: Formas de construção do social.....53

Quadro 03: Resumo das características discursivas.....53

INTRODUÇÃO

A democratização em alguns países da América Latina na virada do milênio, de alguma forma, radicalizou-se a ponto de ampliar conflitos que eram antes contidos dentro de lógicas sociais que limitavam suas frágeis democracias liberais a uma representatividade legislativa com baixa participação popular.

As recentes transformações políticas em tais países, mais do que desafiarem a democracia na sua forma liberal, dão qualidade a um tipo complexo de construção de maiorias populares em torno de determinadas identidades coletivas que propiciaram (e ainda propiciam), inclusive, mobilidade decisória e amplos ajustes estruturais nas relações de trabalho e de vida de suas populações.

O pano de fundo deste trabalho é permeado pela emergência do movimento político liderado por Hugo Chávez Frías no campo político latinoamericano a partir, principalmente, das eleições presidenciais de 1998 na Venezuela. Frente à crise institucional que passava esta nação, desde o início da incorporação das políticas neoliberais no ano de 1985, grande parte dos movimentos sociais locais passaram a expressar seu descontentamento por meio de protestos mais periódicos e intensos. O projeto político encabeçado por Chávez conseguiu reunir grande parte das bandeiras levantadas, articulando-as em uma identidade política forte, posteriormente traduzida na disputa em torno da nova carta constitucional por intermédio de uma assembleia constituinte.

Assim como Chávez, outros presidentes reformadores dentro da América Latina têm conseguido manter, até a data da presente pesquisa, um firme e contínuo **apoio** político de contingentes populacionais expressivos aos seus respectivos governos. Dois outros exemplos de emergência política de lideranças com base popular encontram-se na ascensão de Evo Morales à presidência do executivo da Bolívia no ano de 2006, e de Rafael Correa, no mesmo cargo, no Equador, em 2007.

Concomitantemente, tal qual ocorrido na Venezuela, houve a alteração das cartas constitucionais em ambos os países, indicando um desvio significativo do cenário político latinoamericano. Em cada formação política específica, os movimentos

populares que conquistaram tais mudanças jurídico-políticas, nada desprezíveis, depararam-se com diversos obstáculos para se afirmarem, chegando a momentos de enfrentamento direto com forças políticas conservadoras não legalistas, como nos exemplos do golpe de Estado de 2002 na Venezuela¹ ou do separatismo de parte dos governos regionais do leste boliviano mais recentemente no ano de 2004.

Frente a mais variada gama de crises – institucionais, econômicas, militares e até mesmo climáticas – estes governos insistem em se perpetuarem, mantendo em seus discursos políticos elementos explicitamente populares e socialistas. O que suporta estes discursos? Há um leque enorme de abordagens possíveis ao estudar os motivos da sustentação dos governos populares hoje existentes na América Latina.

Um meio usual e simples de mensurar este apoio é por meio do estudo dos processos eleitorais em cada um dos países já citados, tanto naqueles que envolvem a escolha e manutenção dos atuais presidentes das repúblicas, como a partir de referendos, plebiscitos e assembleias constitucionais. É precisamente uma característica especial dos governos aqui já citados a utilização periódica e ampla destas ferramentas eleitorais de democracia direta. Já de forma estatística, pode-se observá-lo utilizando os resultados periódicos das pesquisas de opinião pública sobre satisfação política, elaboradas geralmente (mas não sempre) pelos mesmos institutos de pesquisa que realizam os levantamentos de intenção de voto durante as campanhas eleitorais.²

Tais dados são fotografias nítidas e importantes de um momento específico da opinião da quantidade populacional absoluta deste apoio, mas pouco auxilia na compreensão de sua construção, ou seja, de sua constituição qualitativa. Portanto, um primeiro questionamento leva a considerar o problema em como mensurar qualitativamente o “peso” das manifestações sociais de cunho popular, isto é, como

¹ Um bom documento sobre o golpe na Venezuela contra o presidente Chávez pode ser encontrado no filme **A Revolução Não Será Televisada** de Kim Bartley e Donnacha O'Briain, dois irlandeses que, por coincidência, estavam dentro do palácio presidencial Miraflores e filmaram o processo do golpe de seu interior. Assista a <http://video.google.com/videoplay?docid=3061262079262556614#>. Acesso em: 10 ago. 2010.

² Um exemplo é a pesquisa da empresa de pesquisas venezuelana Datanalisis de julho de 2010, no auge da crise econômica venezuelana, Hugo Chávez mantém apoio de 47% da população da Venezuela. Disponível em: <www.datanalisis.com> ou para um histórico, disponível em: <<http://laclase.info/imagen/datanalisis26jpg?size=preview>>. Acessos em: 08 ago.2010.

se pode encarar a multiplicidade de formas de participação política que são observadas por meio de protestos realizados nas ruas e estradas das mais diferentes formas, como, por exemplo: passeatas, marchas, comícios, celebrações, ou até mesmo ocupações massivas de casas legislativas e palácios presidenciais.

O problema da presente pesquisa questiona acerca do papel que o povo exerce no processo de formação das identidades políticas e na construção de discursos políticos por movimentos sociais na América Latina: quem é o povo na sociedade de massas contemporânea? Qual é o peso de seu papel nos acontecimentos sociais e políticos das formações sociais nacionais na história recente? Enfim, o que leva milhões de pessoas a apoiarem e, principalmente, defenderem um governo durante vários anos seguidos dentro de um ambiente político democrático-liberal?

Dentre as propostas de abordagem teórica, já sistematicamente elaboradas a respeito desta problematização, em que se teve contato, uma se sobressaiu por enfrentar tais questões frontalmente a partir da construção, ao longo de mais de trinta anos, de um arcabouço teórico e analítico que posiciona o povo no centro de suas preocupações.

O presente trabalho, portanto, tem - por objetivo principal - reconstruir parcialmente o longo trajeto da “teoria do populismo” na obra acadêmica do pesquisador e professor, nascido na Argentina e radicado na Inglaterra, Ernesto Laclau, com o intuito de apresentar e estudar as rupturas e continuidades de seus elementos centrais frente aos acontecimentos históricos recentes na América Latina. Procuramos expor parte do debate de ideias que envolve tal teoria dentro das ciências sociais, apresentando alguns de seus interlocutores diretos. Pensa-se que tais objetivos são fundamentais para que se consiga futuramente produzir análises políticas acerca das movimentações políticas nos países (as formações sociais nacionais) da América Latina com uma maior precisão analítica com a inclusão de elementos políticos muitas vezes desprezados.

A principal justificativa da relevância ao estudar o tema do populismo resulta da sua reiterada presença nos discursos políticos da primeira década do século XXI em uma escala global, quase sempre com um cunho pejorativo e depreciativo, para

caracterizar os governos apoiados por grandes massas populares e eleitoralmente legitimados.

Grande parte dos pesquisadores que realizam seus estudos nas ciências políticas, espantosamente, não enfrenta diretamente o problema que o populismo carrega consigo, o que muitas vezes acaba por referendar a reprodução do conceito de forma negativa em discursos políticos liberais e conservadores acerca de determinados conflitos sociais em andamento. Os poucos cientistas que se propõem ao enfrentamento de tal problema, quando o fazem de forma direta, acabam marginalizados no campo científico e são muitas vezes preteridos nos espaços de publicização do meio acadêmico de língua portuguesa, salvo importantes exceções. É a esse grupo que o pesquisador pretende juntar-se ao apresentar esta pequena contribuição.

Assim, procura-se melhor observar os limites institucionais com os quais se deparam os movimentos que almejam transformações políticas radicais dentro de suas formações sociais nacionais. A difícil visualização desses limites vem acarretando muita confusão acerca de ações e políticas, ditas autoritárias e antidemocráticas, de governos com discursos progressistas eleitoralmente legitimados.

É por este motivo que se pensa ser necessário estudar uma abordagem que fuja sistematicamente de uma visão apriorística do que vem a significar o populismo, direcionando este estudo para a análise de propostas que venham a auxiliar uma melhor apresentação do problema aqui levantado.

Trabalha-se focando dois textos fundamentais de Ernesto Laclau para a compreensão da problemática populista que foram escritos em dois momentos históricos distantes no tempo um do outro. O primeiro, “Para uma teoria do populismo”, um ensaio que finda uma coleção de textos de Laclau intitulado **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo** (1979), no qual o autor apresenta, de forma ainda embrionária, a sua proposta teórica do populismo.³ Resultado da busca de Laclau por uma nova chave epistemológica⁴ que

³ Utiliza-se aqui a edição brasileira de 1979 editada pela Ed. Paz e Terra do Rio de Janeiro. A edição original em inglês *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism and Populism* é do ano de 1977 e editada na cidade de Londres pela Ed. NLB.

introduza a centralidade do povo nas análises políticas das ciências sociais, tal trabalho é ainda atual e reflete boa parte dos problemas que as ciências sociais vivem nos últimos tempos.

O segundo, *La Razón Populista* (2006), obra recém-publicada, na qual o autor define uma estratégia de análise em que apresenta sistematicamente um novo campo teórico bem delimitado ao redor do populismo como proposta alternativa de pesquisa dentro das ciências sociais.⁵ Tal obra, teoricamente densa, é a cristalização das propostas embrionárias contidas nos seus trabalhos teóricos precedentes.

Há um aparente intervalo no trabalho do autor sobre o tema direto do populismo que é, entretanto, preenchido a partir da noção gramsciana de hegemonia, assim como Laclau a redefiniu no texto *Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia* (1987), editado originalmente em 1985, juntamente com a pesquisadora belga Chantal Mouffe.⁶ Tal redefinição é um dos elementos fundamentais da “razão populista”, motivo que Laclau a esta retorna em inúmeros momentos nos textos recentes, o que também far-se-á pontualmente aqui, devido ao espaço limitado da presente dissertação.

Uma das limitações para a realização da presente pesquisa foi a dificuldade de acessar os exemplares de todas as obras em língua inglesa e espanhola diretamente citadas. As obras de Laclau foram assumidamente pensadas em inglês, o autor escreveu-as já radicado na Inglaterra, assim, mesmo para algumas traduções ao espanhol, e a única para o português, faz-se necessária a consulta ao original em língua inglesa.

São inúmeros, portanto, os motivos que justificam o desenvolvimento de pesquisas em língua portuguesa sobre tais obras e temas, já muito debatidos (além de traduzidas) em vários outros idiomas.

⁴ ou seja, uma nova forma de conhecer e enxergar como o próprio ser humano conhece o mundo.

⁵ Utiliza-se aqui a segunda edição em língua espanhola, editada na Cidade do México, em 2006, pela Fondo de Cultura Económica. A edição original em língua inglesa é de 2005. A tradução das citações para o português foi realizada pelo autor da presente pesquisa.

⁶ Utiliza-se aqui a edição em língua espanhola editada em Madri em 1987 pela Editora Siglo XXI. A tradução das citações para o português foi realizada pelo autor da presente pesquisa.

Para aprofundar a pesquisa, dividiu-se o estudo em três capítulos. No primeiro capítulo, introduziu-se o meio pelo qual Laclau aborda o problema do populismo. São duas as críticas centrais levantadas sobre a utilização do termo: a primeira é acerca da indefinição do conceito de populismo, utilizado recentemente de forma ampliada e recorrente não só nas ciências sociais, como também no debate político latinoamericano; o segundo ponto de sua crítica salienta a ossificação de boa parte das teorias que se propõe a estudar o populismo dentro das ciências sociais, principalmente ao apresentar algumas formas de reducionismos nas práticas teóricas operadas nas análises da história política de nosso continente.

No segundo capítulo, apresentam-se, de forma resumida, os elementos que compõem a cristalização da “teoria do populismo”, elaborada por Laclau, salientando desde sua unidade básica de análise (a demanda), até a estruturação interna do povo, isto é, a complexa construção da totalidade populista (o populismo).

Ao final do segundo capítulo, expõe-se, muito brevemente, parte do recente debate que o autor se propôs a travar com outros autores acerca da lógica da formação das identidades coletivas nas formações políticas da atualidade latinoamericana. Tais enfrentamentos teóricos levantam novos (e velhos) questionamentos oportunos para a visualização com maior amplitude e precisão da perspectiva populista, principalmente no que se concerne aos pontos de aproximação e distanciamento frente a outras perspectivas teóricas paralelas.

Um exemplo de tal debate, com o pensador marxista esloveno Slavoj Žižek, pode-se encontrar no recente artigo redigido por Laclau em meio a um “combate” acadêmico travado a partir das páginas da revista *Critical Inquiry*⁷, publicado parcialmente no livro *Debates y Combates: Por un nuevo horizonte de la política* (2008). Ao levantar a questão da relevância da noção de classes sociais na teoria do populismo, assim como das relações desta com a teoria marxista, tal debate auxilia o pesquisador a colocar as questões de forma mais aberta e profícua.

⁷ O debate em questão está nas edições da revista publicadas na primavera e no verão (do hemisfério norte) do ano de 2006, já no seu 32 ano de publicação pela Universidade de Chicago. Traduzida para o português fica *Inquérito Crítico*. Disponível em: <<http://criticalinquiry.uchicago.edu>>.

No terceiro capítulo, trabalhou-se focando a emergência do movimento político, encabeçado por Chávez na Venezuela nos anos da virada do milênio, utilizando uma perspectiva teórica que se entende convergir com a teoria do populismo de Ernesto Laclau, ou seja, de buscar, na articulação dos movimentos populares, respostas acerca da dinâmica política das sociedades. É precisamente nesse sentido que a pesquisadora Margarita López Maya vem desenvolvendo pesquisas acerca da construção dos “marcos de ação coletiva” na Venezuela.

Maya (2002) coordenou uma pesquisa que focou dezenas de protestos populares ocorridos nas ruas de Caracas (capital venezuelana), com formas e performances diferentes, durante os momentos cruciais da alteração da carta constitucional venezuelana no ano de 1999. Seu trabalho minucioso de levantamento das bandeiras de luta desses protestos e da análise de suas articulações, ao propor uma peculiar perspectiva de abordagem, chamou a atenção do pesquisador para as possibilidades com que se poderia olhar para a América Latina nas últimas décadas.

Na Conclusão, retoma-se o problema, verificando se o objetivo geral foi atingido, mostrando as limitações da pesquisa e propondo outros temas, a partir deste. O pesquisador se posicionou dentro de tal debate pela pertinência da perspectiva de análise em que o povo (e os movimentos sociais em luta que o estruturam) ocupa um papel central tanto na análise quanto nos rumos políticos dos países do continente latinoamericano da atualidade.

Procurou-se, enfim, construir uma narrativa ao longo do presente trabalho que pudesse ser acessível e compreensível para um público geral, conseqüentemente de maior alcance, sem que por isto perca a sua coerência científica.

CAPÍTULO 1

DA TEORIA DA ARTICULAÇÃO À TEORIA DO POPULISMO

A ideia que se enfatiza inicialmente, levantada por Ernesto Laclau no conjunto de suas obras, é que o problema central que abarca o termo “populismo” está ligado diretamente às práticas teóricas reproduzidas nas ciências sociais. O populismo é apresentado, portanto, como um obstáculo teórico que explicitaria alguns dos vícios a que está sujeita grande parte das formas de fazer pesquisa política ainda hoje em voga no meio acadêmico, independentemente de suas orientações ideológicas.

Antes de abordar diretamente os elementos do que Ernesto Laclau (1979) chamou de “uma teoria do populismo”, o pesquisador preocupou-se inicialmente em apresentar algumas de suas considerações, que se pensou serem pertinentes para a introdução do problema, acerca das formas de conhecimento produzidas pelo pensamento europeu.

No prefácio do livro **Ideologia e Política na Teoria Marxista** (1979), Laclau alerta sobre a condição na qual se encontravam os cientistas sociais de então. Esta se assemelhava à do prisioneiro da alegoria da caverna platônica, resultado de uma situação em que - pelo hábito e pelo costume - o cárcere é incorporado pelo prisioneiro. Tal processo ocorre devido a uma variedade de truques ilusórios, como, por exemplo, daquele causado pela identificação pelos prisioneiros da imagem distorcida e ampliada das sombras ao fundo da caverna a real dimensão de seus aprisionadores.⁸

Para Laclau, a alegoria da caverna de Platão (creditada por este a Sócrates) contém uma das raízes históricas do que ele chamou de “teoria da articulação”. Esta é caracterizada pelo rompimento, no âmbito do pensamento, com o caráter sistemático do conjunto de articulações de significados que escondem uma

⁸ Uma ótima e fácil apresentação sistemática do mito pode ser encontrada na obra do pesquisador Arlindo Machado intitulada **Pré-cinemas & pós-cinemas**, editada pela Papirus Editora, da cidade de Campinas, no ano de 1997.

determinada verdade, desenvolvido a partir de um processo de purificação de um conceito por uma prática teórica pretensamente elucidatória. Em outras palavras, tal teoria defende que é necessária uma descoberta da “verdadeira” significação dos elementos existentes entre nós, ou seja, de que nada do que se foca com um olhar direto estaria livre de uma ilusão do que verdadeiramente se encontra à nossa frente.

Levando essa teoria em consideração, Laclau apresenta a história do pensamento ocidental – ou seja, da Europa desde os tempos dos filósofos gregos e romanos até os dias atuais, passando pela era das “descobertas” dos demais continentes, incluída nossa América Latina – como o desenvolvimento de uma grande descoberta progressiva de elementos que somente as pessoas instruídas teriam a capacidade e a sabedoria necessárias para enxergá-los.

O discurso do senso comum, a doxa⁹, é apresentado como um sistema de articulações enganadoras em que os conceitos não aparecem vinculados por relações lógicas inerentes a eles próprios, mas ligados, simplesmente, por laços conotativos ou evocativos estabelecidos pelo costume e pela opinião (LACLAU, 1979, p.11).

O autor propõe que as práticas teóricas existentes a partir de tal intervenção platônica são operadas por um duplo movimento de ruptura e reconstrução. Estes agiriam anteriormente como desarticuladores de ideias que se apresentariam vinculadas a uma necessidade enganadora, o que permitiria, posteriormente, a reconstrução de suas verdadeiras articulações até então encobertas. Presente ao longo da história do pensamento ocidental, e levado a cabo pelos pensadores europeus nas mais díspares configurações possíveis nos últimos séculos, tal forma de pensamento é centralmente questionada por Laclau.

Para melhor se compreender como se dá este questionamento, este estudo se centra no exemplo apresentado por Laclau acerca do processo histórico do declínio do absolutismo na Europa. Para o referido autor, tal exemplo traduz parte das dificuldades da utilização deste tipo de processo de purificação dos conceitos utilizados nas análises políticas contemporâneas para tentar explicar os

⁹ É uma palavra utilizada na Grécia antiga que se pode traduzir pelo significado de “crença comum” ou “opinião popular”, e na qual se originaram as palavras modernas como ortodoxia e heterodoxia.

acontecimentos históricos de nossas sociedades. O que resulta, normalmente, em explicações (eurocentristas?) em que o pensamento europeu é contrastado com culturas dele diferenciadas, de modo a relativizar suas próprias instituições.

Para a perspectiva que Laclau defende, portanto, a decadência do absolutismo somente pôde ocorrer a partir do momento em que as condições abstratas das sociedades monárquicas perderam a articulação necessária com as formas concretas em que essas condições se materializavam especificamente. Propõe, então, que a defesa pela burguesia emergente dos princípios identificados com a sua própria reprodução (como é o caso da propriedade privada) apareceu cada vez menos ligada às instituições monárquicas.

[...] a identificação entre ambas ([burguesia e monarquia]), que antes constituíra o núcleo do discurso político do absolutismo, começou a dissolver-se como a relação entre as vozes e as sombras na caverna platônica. Tornou-se possível, a partir de certo momento, ser conservador sem ser monarquista (LACLAU, 1979, p.12).

Conjuntamente a esta decadência, a trajetória da noção de democracia no pensamento europeu ilustra a ocorrência deste duplo movimento de purificação de um conceito, no qual, em primeiro lugar, há uma ruptura com o significado antes consagrado e, em segundo lugar, o conceito é reconstruído a partir de outras significações desenvolvidas por grandes pensadores do momento histórico, apresentando, em alguns casos, a plena inversão na sua polaridade valorativa.

[...] o processo de liberação do conceito de democracia de suas conotações negativas de governo da 'turba' (*mob-rule*), e sua transformação em um conceito positivo, cada vez mais articulado com o discurso político liberal, requereu todo o processo alternativo de revoluções e reações do século XIX (LACLAU, 1979, p.13).

O problema que levanta com tal questionamento tem relação com as formas do distanciamento e da aproximação entre o "caráter abstrato do conceito" e o seu "campo ideológico-conotativo". Em outras palavras, os conceitos que definem as condições abstratas de toda uma sociedade podem afrouxar seus laços conotativos (conjunto de caracteres compreendidos na sua significação) com as formas concretas em que essas condições se materializaram, passando a articular outros laços conotativos com formas concretas novas e diferenciadas.

Para Laclau, uma característica central da tradição europeia, ao produzir conhecimento, é a insistência em manter nas suas práticas teóricas a utilização de conceitos que passou por um processo de purificação, resultado de uma redefinição redentora. A perspectiva teórica proposta por Laclau propõe um distanciamento das tradições científicas que buscam na simples purificação desses conceitos sua prática teórica central, assim como daquelas que tentam reuni-los artificialmente dentro de conjuntos paradigmáticos necessários e apriorísticos.

Salienta-se que tal raciocínio é válido para qualquer conceito, visto que - na obra aqui analisada - o autor apresenta seus ensaios em capítulos que focam conceitos diversos, tais como: capitalismo, fascismo e populismo (subtítulo da obra em questão). Como alterar tal forma de pensamento, importada e introjetada por séculos no pensamento ocidental? Apresenta, o autor, três “consequências necessárias” resultantes de uma mudança de perspectiva na produção do conhecimento que venha a superar esse eurocentrismo nas práticas teóricas, em especial nas práticas teóricas marxistas.

A primeira consequência traduz-se em uma prática teórica que fuja de simplismos e respostas fáceis para problemas que são muito complicados e que demandam uma vasta articulação de conceitos que não são necessariamente e logicamente inter-relacionados. Desta forma: “1) inicialmente, nem todo conceito tem uma relação necessária com os outros. Não é possível, portanto, partindo de apenas um deles reconstruir a totalidade do sistema” (LACLAU, 1979, p.14).

Alguns conceitos centrais de determinadas teorias políticas, ou mesmo delas fundantes, são aqui diretamente abordados. Direcionando sua crítica para parte da teoria marxista da década de 1970, salienta que até mesmo a noção de classes sociais não poderia tudo abarcar, mesmo que, durante algum tempo (em determinados lugares), tenha conseguido chegar perto de tal posição. Serão trabalhadas, no decorrer desta pesquisa, especificamente as relações de tal conceito com a trajetória da teoria do populismo desenvolvida por Laclau.

A segunda consequência é relativa às aproximações e aos distanciamentos “necessários” de conceitos distintos que são corriqueiramente entrelaçados nos

discursos políticos¹⁰, e que acabam reproduzidos na prática teórica das ciências sociais de forma direta e acrítica, o que resulta em boa parte dos casos de seus estreitamentos ou desvios. Pode-se, aqui, exemplificar as relações diretas produzidos pelos discursos políticos conservadores, na segunda metade do século XX, em torno da relação necessária dos significados de termos como autoritarismo e socialismo ou populismo e ditadura, assim como seu aceite e consagração nos meios acadêmicos.

2) não é possível estabelecer relações necessárias entre estruturas conceituais diferentes de forma tal que pudéssemos passar de uma a outra através (sic) de um processo puramente dedutivo – mas apenas [é exequível estabelecer] as condições de possibilidade de sua articulação (LACLAU, 1979, p.14).

A terceira consequência de uma prática teórica que busque estudar os acontecimentos e situações políticas, aproximando-se teoricamente do concreto, implicaria a libertação dos conceitos de suas articulações conotativas (discursivamente reiteradas e não necessárias), procurando sempre reelaborá-los levando-se em conta o campo ideológico existente (e não presos por paradigmas cerrados ou herméticos).

3) toda aproximação do concreto pressupõe articulações conceituais cada vez mais complexas, e não o mero desdobramento das virtualidades lógicas de um conjunto conceitual simples. Consequentemente, quanto mais concreta for a análise, tanto maior a quantidade de determinações teóricas que ela deverá incluir (LACLAU, 1979, p.14).

De forma resumida, são dois, para Laclau, os obstáculos centrais com os quais a tarefa da prática teórica depara-se em qualquer análise política, envolvendo a utilização de conceitos de uma “impossível” definição, como é o caso do populismo.

O primeiro é representado pela articulação conotativa dos conceitos no âmbito do discurso do senso comum, ou seja, quais os significados de um determinado conceito em seus usos gerais pela população. Tal obstáculo evidencia os problemas da migração de conceitos entre discursos políticos e práticas teóricas.

¹⁰ É bom que se diferencie bem “discurso político” e “análise política”, visto que o último necessariamente tem de seguir determinadas regras científicas convencionadas para ser aceito.

O segundo obstáculo apresenta-se na articulação racionalista destes conceitos em paradigmas essenciais, o que ocultaria seus contornos, reduzindo-os a meros reflexos do referencial paradigmático. Tais conceitos, portanto, perderiam sua capacidade de diálogo com o ambiente social e político que pretende aplicar-se, obtendo o mesmo resultado da tentativa de um diálogo verbal em um *show* de *rock*, ou seja, nenhum.

O problema aumenta na medida em que tais obstáculos combinam-se para gerar o que o autor chama de “uma situação insatisfatória” para a teoria marxista, foco de seu estudo redigido no ano de 1977 (1979). Observa que, para melhor enxergá-la, tornou-se oportuno focar o problema das articulações conotativas do próprio discurso ideológico marxista.

Na medida em que a prática teórica marxista tem estado historicamente ligada à prática política socialista, as articulações conotativas do discurso político tenderam, automaticamente, a se transformar em determinações teóricas (LACLAU, 1979, p.14-15).

O autor apresenta ao leitor de forma direta, na introdução da obra em questão, a sua insatisfação com a situação teórica a qual passava parte considerável do pensamento marxista de então, assim como as possibilidades de sua superação. Defende que os trabalhos de alguns autores marxistas, “de Della Volpe a Althusser”, criaram condições científicas novas no pensamento marxista, os quais possibilitariam a ele uma nova estratégia teórica, livre de determinações apriorística, mas que mantivessem uma “determinação em última instância” do modo de produção de uma sociedade sobre todas suas construções abstratas de existência.

Ainda adepto de um marxismo atuante, e preocupado com os rumos que o movimento socialista apontava, Laclau buscava uma compreensão das especificidades do político e da ideologia na teoria marxista de então. Em um dos artigos de **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo** (1979), o autor dialoga com o pesquisador Nicos Poulantzas, de **Partido Político e Classes Sociais** (1986), acerca da pertinência da elaboração teórica da especificidade do político no seio do marxismo.¹¹ Neste estudo, não se adentrará

¹¹ O capítulo segundo do livro de Laclau aqui analisado (1979, p. 57-86) chama-se “A Especificidade do Político” e retrata o debate de Poulantzas com Miliband na revista **New Left Review** de Londres

neste debate devido aos limites estabelecidos no projeto de pesquisa, aqui somente evidenciar-se-á a importância para Laclau da necessidade de uma nova abordagem ao estudar e ao analisar as lutas sociais em andamento, e que não estejam ossificadas por paradigmas essenciais.

O reducionismo de classe ocupa, para Laclau, um papel central na problemática levantada acerca da prática teórica marxista. Isto ocorreria na medida em que as contradições sociais existentes na sociedade são concebidas como um sistema hierárquico, necessariamente reduzidas em algum momento a uma contradição de classe, o que negaria a experiência histórica das lutas sociais em andamento ao longo do século XX. O populismo, ao não bastar-se na análise de classe, refletiria essa impossibilidade de redução, visto que seu estudo demandaria outras abordagens acerca da construção das identidades coletivas em que o conceito de classes sociais não tomasse um papel central e isolado.

O que importa enfatizar é que a eficácia desses expedientes tem diminuído gradualmente, à medida que a experiência histórica da luta de classes e a ascensão das massas em escala mundial vêm, progressivamente, rompendo com o sistema de articulações conotativas, em que o eurocentrismo provinciano das Segunda e Terceira Internacional encerrava os conceitos teóricos marxistas (LACLAU, 1979, p.16).

Para Laclau, o processo de decadência do regime soviético ocorrido na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), já adiantado no final da década de 1980, mais do que estigmatizar alguns conceitos da teoria marxista, findou com boa parte dos determinismos e reducionismos que utilizavam o regime como exemplo e justificativa da manutenção, ao longo de quase um século, de um arcabouço teórico marxista ossificado.¹²

No prólogo da segunda edição espanhola de *Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia* (1987), Laclau, junto com Chantal Mouffe, aborda o tipo de relação que continuou mantendo com a teoria marxista ao introduzir alguns pontos centrais de novos elementos à sua intervenção teórica. Fica claro,

entre os anos de 1969 e 1973. Para mais informações sobre tal obra de Poulantzas remeto o leitor aos trabalhos de Almeida (1995) e Saes (1993 e 1994).

¹² Remeto ao livro do pesquisador Robério Paulino intitulada **Socialismo do século XXI: o que deu errado?** Editado em Goiânia pela Ed. Kelps no ano de 2008.

neste momento, a ruptura de suas novas ideias com a prática teórica marxista tradicional, propondo o autor uma alternativa relação entre ambas, mais do que um afastamento completo.

Em vez de relacionarmos com noções tais como ‘classe’, a tríade de níveis (o econômico, o político e o ideológico) ou a contradição entre forças e relações de produção, como fetiches sedimentados, nós tratamos de reviver as condições em que foram possíveis sua operação discursiva, e nos questionamos, preocupados, sobre sua continuidade ou descontinuidade no capitalismo contemporâneo. (LACLAU e MOUFFE, 2002, p.43)¹³.

Laclau e Mouffe enxergam uma descontinuidade do processo criativo do campo teórico marxista no transcorrer da Terceira Internacional Comunista, devido, principalmente, à sua organização em torno da experiência “socialista” soviética. A ruptura teórica proposta por ambos, a partir principalmente da edição da obra ***Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia*** (1987), no ano de 1985, busca, curiosamente, em um pensador e político do próprio seio do marxismo todo um novo campo teórico que fora censurado a partir da ascensão de Stalin na URSS em meados da década de 1920. Encontra, nos textos de um prisioneiro político do fascismo italiano, ex-membro da Terceira Internacional nos seus anos iniciais e mais fecundos, a fonte de todo um novo arcabouço teórico aberto e próspero para a teoria marxista.

Somente o isolado exemplo de Gramsci¹⁴, escrevendo desde as prisões de Mussolini, pode ser citado como uma nova partida, produzindo um novo arsenal de conceitos – guerra de posições, bloco histórico, vontade coletiva, hegemonia, liderança intelectual e moral – que são o ponto de arranque da nossa reflexão em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (LACLAU e MOUFFE, 2002, p.44).

Nesta obra, Laclau e Mouffe sugerem que o ponto central que define a subversão das categorias do marxismo tradicional clássico é o surgimento da “hegemonia” com

¹³ Utiliza-se aqui o texto do segundo prefácio da edição espanhola de ***Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia***, presente no livro ***Hegemonia y Antagonismo: el imposible fin de lo político***, editado em 2002, por Sergio Villalobos-Ruminott, Ed. Cuarto Propio, Providencia, Santiago, Chile. A tradução das citações para o português foi realizada pelo autor da presente pesquisa.

¹⁴ Dentro da caótica, já que redigida no cárcere, obra do pensador e político comunista Antônio Gramsci, salienta-se o volume 5 dos ***Cadernos do Cárcere***, publicado pela Editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, em 2002.

uma outra lógica de constituição do social. Esta, devido à generalização dos fenômenos do “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo tardio, recomporia os fragmentos sociais de uma sociedade bizarramente compósita.

Visto que a obra em questão é estruturada sobre a reformulação da ideia de hegemonia, já que, mesmo para António Gramsci, o núcleo de toda articulação hegemônica deve ser representada por uma classe social fundamental: a operária. Assim, Laclau e Mouffe enxergam nele “somente” uma espécie de momento transicional na desconstrução do paradigma essencialista do marxismo tradicional clássico. No prefácio, à primeira edição em língua espanhola de ***Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia*** (1979), o autor e a autora explicitam o problema acerca da alteração de perspectiva proposta.

E isto porque a noção tradicional de ‘classe’ supunha a unidade das posições de sujeito dos diversos agentes; em tanto que nas condições do capitalismo maduro, dita unidade é sempre precária e submetida a um constante processo de rearticulação hegemônica (LACLAU e MOUFFE, [1985]1987, p.XVIII-IX).

Voltando ao prefácio da segunda edição espanhola de ***Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia*** (1987), encontra-se um resumo formulado pela trajetória teórica a ser percorrida. Procura Laclau esclarecer e reafirmar o posicionamento assumido anteriormente na obra redigida em 1977 (LACLAU, 1979), dando uma razoável continuidade lógica para o desenvolvimento de suas propostas teóricas, porém, evidenciaram uma ruptura clara e direta da dependência estrita dos elementos essencialistas da teoria marxista tradicional.

Rerler a teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos necessariamente implica desconstruir as categorias centrais dessa teoria. Isto é o que vêm chamando de nosso ‘pós-marxismo’. Nós não inventamos essa etiqueta que somente aparece de forma marginal (não como rótulo) na introdução de nosso livro. Mas desde então tornou-se generalizada para caracterizar nosso trabalho, podemos dizer que não nos opomos na medida em que seja adequadamente compreendida: como o processo de reapropriação de uma produção intelectual, mas também com um ir além dela (LACLAU e MOUFFE, 2002, p.45).

No prefácio do livro ***La Razón Populista*** (2006), Laclau volta a se posicionar frente a ambos os obstáculos que se citou anteriormente nesta pesquisa, assim como em relação a outras perspectivas teóricas em desenvolvimento dentro das ciências sociais.

Nosso enfoque parte de uma insatisfação básica com as perspectivas sociológicas que, ou bem consideravam o grupo como a unidade básica da análise social, ou bem tentavam transcender a essa unidade através de paradigmas holísticos funcionalistas ou estruturalistas. As lógicas que pressupõem estes tipos de funcionamento social são, de acordo com nosso ponto de vista, demasiado simples e uniforme para capturar a variedade de movimentos implicado na construção de identidades. Não é necessário dizer que o individualismo metodológico em qualquer de suas variantes – incluída a escolha racional – não proveja tão pouca nenhuma alternativa ao tipo de paradigma que estamos tratando de questionar (LACLAU, 2006, p.09).

A perspectiva analítica que leva a tratar como irracionais as atitudes de lideranças políticas, dentro e fora do controle dos governos de seus respectivos países é, porém, ainda hoje, amplamente difundida nas ciências sociais. Um ponto importante na utilização da noção de populismo nesta perspectiva é que *este* “esteve sempre vinculado a um excesso perigoso, que questiona os moldes claros de uma comunidade racional” (LACLAU, 2006, p.10).

Ainda no prefácio da obra ***La Razón Populista*** (2006), o autor apresenta a justificativa da volta ao problema do populismo trinta anos depois de sua primeira abordagem, em um momento em que a palavra populismo voltou a ocupar como dantes os discursos políticos ao redor do planeta, mais especificamente na América Latina.

A razão é a suspeita, que tenho tido durante muito tempo, de que na depreciação do populismo existe muito mais do que a relegação de um conjunto periférico de fenômenos às margens da explicação social. Penso que o que está implícito em um rechaço tão desdenhoso é a depreciação da política como um todo [*tout court*] e a afirmação de que a gestão dos assuntos comunitários corresponde a um poder administrativo, cuja fonte de legitimidade é um conhecimento apropriado do que é a ‘boa’ comunidade (LACLAU, 2006, p.10).

Contra-pondo-se à indefinição e à marginalização da categoria de populismo, o pesquisador aponta que, na literatura acadêmica existente, esta usual estratégia teórica não se dá por mero acaso, já que:

encontra sua raiz na limitação das ferramentas ontológicas atualmente disponíveis para a análise política; que o 'populismo', como lugar de um *obstáculo teórico*, reflete algumas das limitações inerentes ao modo que a teoria política tem abordado a questão de como os agentes sociais 'totalizam' o conjunto de sua experiência política (LACLAU, 2006, p.16).

É frente a este obstáculo que este estudo se propõe a seguir, primeiramente procurando na sobreposição de determinações díspares na noção de populismo, e, posteriormente, apresentando os reducionismos a que foi exposto.

1.1. Populismo: indefinição de um conceito consagrado

Na presente seção, procura-se apresentar, de forma um pouco mais detalhada, os questionamentos levantados por Laclau acerca das causas da indefinição do populismo, quando utilizado como um conceito dentro das ciências sociais. Tal indefinição foi reiteradamente levantada pelo autor como uma das justificativas principais de sua escolha pelo estudo da problemática que envolve o populismo. Assim, pesquisou-se, em suas obras aqui focadas, as passagens em que aborda diretamente tal problema.

No ensaio "Para uma teoria do populismo"¹⁵, Laclau (1979, p.149-204) alerta que esse é um conceito ao mesmo tempo "evasivo e recorrente". Como já visto na seção anterior, para Laclau, o populismo é tão impreciso quanto utilizado, não somente nas análises políticas, mas também nos discursos políticos de um modo geral, e que ambos os usos têm uma relação direta que deve também ser considerada.

O objetivo central deste ensaio é o de adiantar propostas que possam contribuir para a superação dessa imprecisão. Trata-se, por

¹⁵ Capítulo final da obra **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo** já citada.

consequente, de um objetivo essencialmente teórico, em que a referência a movimentos 'populistas' concretos só é feita a título de ilustração (LACLAU, 1979, p.150).

São inúmeras as definições relegadas ao conceito de populismo na literatura das ciências sociais ao longo da segunda metade do século XX, o que leva o pesquisador a perguntar como pode um conceito tão indefinido ser consagrado como elemento explicativo central para o entendimento de determinados momentos históricos.

Não se especificarão aqui os diversos movimentos políticos taxados de populistas, que vão, por exemplo, desde o "Partido do Povo" norteamericano do fim do século XIX aos *narodniki* russos, passando pelo varguismo e o peronismo. Tais taxonomias serão analisadas mais à frente, focando, neste momento, o próprio conceito de populismo, de acordo como o faz Laclau.

O modo que o autor utiliza para construir sua proposta é realizado por meio da análise dos enfoques básicos das interpretações do populismo já existentes no meio acadêmico, principalmente no campo marxista. São quatro os enfoques levantados e estudados por Laclau. Pensou-se oportuno, neste estudo, apresentar cada um deles, visto que a construção da teoria por ele sugerida apresenta-se a partir dos distanciamentos e de aproximações evidenciados, salientando seus inconvenientes e possíveis desdobramentos. Uma informação que se pode adiantar, neste momento, é que Laclau, na suas obras mais recentes, migra a centralidade de sua análise de um enfoque a outro: fato teórico importante que se deve por enquanto guardar.

O primeiro enfoque apresenta o populismo como expressão típica de uma determinada classe social. Laclau apresenta a escamoteação da análise do populismo, a partir do seu deslocamento do campo de análise, devido à restrição de uso desse conceito para rotular movimentos com uma base social semelhante.

Laclau sugere que propor uma determinação única para um problema tão complexo como a construção do varguismo ou do peronismo¹⁶, ou mesmo da própria

¹⁶ Para uma leitura da perspectiva de Ernesto Laclau, inclusive com seu prefácio, sobre estes dois estadistas sulamericanos, remete-se ao livro **Los dos príncipes: Juan D. Perón y Getulio Vargas, un**

identidade e formação das nações que então se cristalizavam no Brasil e na Argentina, seria uma fuga do que é central no problema daquilo que o termo traz consigo. Considerar o populismo como uma expressão política e ideológica da pequena burguesia, caso se fique no âmbito das nações latinoamericanas, seria uma fuga simplista para um problema de monta maior.

Os inconvenientes que decorrem deste tipo de interpretação saltam à vista: ela foge ao fenômeno que pretende explicar. Se se afirma que entre o Varguismo, o movimento de Willian Jennings Bryan e o *Narodnichestvo* há, pelo menos, *um* elemento em comum, e que este elemento é o populismo, é evidente que a especificidade terá que ser procurada fora, e não a partir das bases sociais desses movimentos, que são totalmente diferentes (LACLAU, 1979, p.150, grifo do autor).

O inconveniente principal é que tal enfoque desvia-se do fenômeno que pretende explicar, haja vista que, além de determinar *a priori* as posições das bases sociais, também não consegue isolar um traço comum para o termo que encerra o populismo.

O segundo enfoque, em que o populismo é expressão de um “nihilismo teórico”, baixa-se uma dificuldade para identificar conotações de classe nas suas causas, propondo-se o ostracismo (esquecimento) para o conceito de populismo, visto estar ele destituído de qualquer conteúdo. Além de salientar a impossibilidade de colocar em prática tal enfoque, devido à própria necessidade do combater determinados usos do termo nas ciências sociais, Laclau alerta o leitor que o populismo é mais que uma categoria analítica, constituindo também um dado da experiência.

Resumidamente, a questão aqui levantada é direta, “a análise de classe realmente elimina a pergunta relativa ao populismo? É evidente que não” (LACLAU, 1979, p.153), assim como sua resposta. Em tal enfoque, as análises dos fundamentos de classe em qualquer movimento social e político constituem a chave para desvendar a sua natureza. Assim: “Pode-se até admitir o argumento de que o populismo é insuficiente para definir a especificidade concreta de certo tipo de movimento político. Contudo, isso seria suficiente para negar que constitua um elemento abstrato do mesmo?” (LACLAU, 1979, p.153).

estudio comparado del populismo latinoamericano, escrito por Alejandro José Groppo, editado em Villa Maria pela Ed. Eduvin, em 2009.

O terceiro enfoque estudado pelo autor acerca dos usos do populismo como conceito nas ciências sociais, brevemente abordado em tal obra, é apresentado como uma tentativa de superação das dificuldades derivadas dos enfoques anteriores. Sua característica principal é a restrição do termo a uma ideologia, e não como os outros a um movimento.

O complexo ideológico que se constitui a partir desses elementos seria, então, adotado por movimentos sociais de bases diversas, de acordo com processos históricos concretos, sobre os quais é preciso formular qualquer generalização apriorística (LACLAU, 1979, p.153).

Futuramente, o autor ampliará a importância deste enfoque, já observada no que toca a sua contribuição para o enriquecimento do estudo das formas que o populismo tem se revestido, centrando pesquisas acerca das duas insuficiências então propostas: a primeira estaria sobre a falta de questionamento a respeito do que constitui a unidade peculiar do populismo, o que ampliaria a apresentação de seus traços característicos de uma forma não puramente descritiva; a segunda, insuficiente, apresenta-se no desconhecimento completo do papel que o elemento “estritamente populista” desempenha em uma mobilização social determinada.

O quarto, e último enfoque, apresenta o modelo de análise de Gino Germani e Torcuato Di Tella, dois autores nascidos na Itália e radicados na Argentina, em que o populismo é abordado por uma concepção funcionalista, isto é, o populismo: “trata-se de um fenômeno aberrante, produzido pela assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial” (LACLAU, 1979, p.153).

Em “Para uma teoria populista” (1979), Laclau considera esse o enfoque mais coerente dos quatro e, por isso, merecedor de uma análise mais detalhada. O autor apresenta a visão de Gino Germani a respeito das implicações da transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial, traduzidas em três mudanças básicas.

- 1) modificação do tipo de ação social (passagem da predominância de ações prescritivas para ações eletivas);
- 2) passagem da institucionalização do tradicional para a

institucionalização da mudança;

3) evolução de um conjunto relativamente indiferenciado de instituições para uma diferenciação e especialização crescentes das mesmas (sic - destas) (LACLAU, 1979, p.154).

A palavra-chave para a compreensão do modelo proposto por Germani é assincronia, visto que, entre as etapas do processo de transição, haveria um tipo de descompasso. Assim, nesta etapa, coexistiriam elementos tanto tradicionais como modernos, podendo tal forma apresentar-se com diversas facetas: geográfica, institucional, grupos sociais e motivacionais. A ideia é que a modernização de cada um dos elementos sociais diferenciados na sociedade provocará necessariamente uma mudança nos demais, mesmo que essa mudança não conduza exatamente os elementos em um sentido moderno.

Laclau destaca dois efeitos elaborados por Germani, os quais são importantes para se entender a continuidade de suas elaborações teóricas futuras, a saber, o “efeito de demonstração” e o “efeito de fusão”.

1) No caso do primeiro, hábitos e mentalidades correspondentes a etapas mais avançadas de desenvolvimento difundem-se pelas zonas atrasadas (como os hábitos de consumo que independem dos baixos níveis alcançados pela produção) (LACLAU, 1979, p.155).

2) No caso do segundo, ideologias e atitudes correspondentes a uma etapa avançada, ao serem reinterpretadas em um contexto atrasado tendem a reforçar as próprias características tradicionais (LACLAU, 1979, p.155).

Junto a estes dois efeitos, somam-se dois conceitos-chave de Germani, que também seguirão a problemática populista nos textos mais recentes de Laclau: a “mobilização” e a “integração”.

Por mobilização, entende-se o processo pelo qual grupos anteriormente passivos adquirem um comportamento deliberativo (isto é, intervenção na vida nacional que pode oscilar desde os movimentos inorgânicos de protesto até a atividade legalizada e canalizada através dos partidos políticos) (LACLAU, 1979, p.155).

Por integração, entende-se o tipo de mobilização que: (1) é realizada através dos canais político-institucionais existentes e, portanto, legalizado pelo regime vigente; (2) o marco de legitimidade do regime é implícita ou explicitamente aceito pelos grupos mobilizados, que

desse modo, acatam as regras do jogo da legalidade vigente (LACLAU, 1979, p.155).

É mediante este marco teórico de Germani que se pode encontrar a matriz na qual vão emergir os “movimentos nacional-populares”, isto é, movimentos que se originam a partir de demandas populares que não estão necessariamente vinculadas às classes sociais, ainda que tais ligações sejam de suma importância e também devam ser estudadas a fundo. Laclau observa que, mesmo construído a partir de uma redução etapista, esta perspectiva teórica mostra potencialidades a serem desenvolvidas.

Nas sociedades subdesenvolvidas atuais, e especialmente no caso da América Latina, em que Germani concentra sua análise, o efeito de demonstração, o efeito de fusão e assincronias, bem mais profundas do que as conhecidas no processo de transição europeu, unem-se para produzir uma consequência característica, ao nível da vida política: a impossibilidade de uma mobilização através (sic) da integração (LACLAU, 1979, p.156).

A mobilização, portanto, assumiria formas aberrantes e anti-institucionais, ambas constituidoras de uma matriz populista. Encontra-se, nos textos recentes de Laclau, uma identificação entre esta “mobilização” e a própria constituição do que seria o populismo. Para tanto, tem-se o resumo da explicação do populismo em Germani apresentada por Laclau (1979, p.157): “a incorporação prematura das massas na vida política latino-americana gerou pressões que extravasaram os canais de absorção e de participação que as estruturas políticas tinham condições de oferecer”.

Propõe-se um pequeno parêntese na apresentação do texto de Laclau para se adiantar mais uma de suas ideias futuras sobre o populismo. Independentemente da prematuridade ou não da incorporação das massas, tais pressões são importantes para se compreender a nova onda populista na América Latina, no final do último milênio. O afastamento das massas da vida política dessas formações sociais nacionais devido à implementação de ditaduras (quando necessário) e políticas neoliberais contundentes, voltou a gerar tais pressões que novamente extravasaram os canais de absorção das instituições dos Estados em questão.

Já ao focar o trabalho de Torcuato Di Tella, afirma Laclau que este realizou uma

análise pormenorizada do populismo e de suas diversas variantes, e cita a passagem na sua obra em que é apresentada diretamente a sua definição de populismo: “um movimento político que desfruta do apoio das massas da classe operária urbana e/ou do campesinato, mas que não deriva do poder organizacional autônomo de nenhum dos dois setores” (DI TELLA apud LACLAU, 1979, p.158).

A ideia é que as classes sociais estariam presentes no populismo, mas não na sua forma tradicional, isto é, ocorreria uma distorção peculiar entre a “natureza de classe” dos setores citados e suas “formas de expressão política”. Destaca-se, para tanto: “É precisamente essa distorção que torna impossível o funcionamento de um sistema político de tipo ocidental levando, em consequência, à emergência do populismo” (LACLAU, 1979, p158).

O populismo constituiria para Di Tella, portanto, uma forma de expressão política dos setores populares, especialmente quando estes não conseguem criar uma organização e ideologia autônomas de classe. Uma das consequências de tal perspectiva resultaria em uma espécie de índice organizacional em que, dependendo do grau de desenvolvimento da organização popular, no qual a forma classista estaria em um pólo e a forma populista no outro, corresponderia às experiências políticas a serem analisadas, como o peronismo ou o varguismo.

Enfim, Laclau apresenta as objeções ao conjunto de ambas as interpretações apresentadas. São duas as críticas centrais a elas elaboradas.

A primeira objeção que a análise de Germani-Di Tella provoca é a de que é questionável atribuir o populismo a uma etapa de transição de desenvolvimento (LACLAU, 1979, p.160).

A segunda crítica a ser formulada com relação a essa concepção é que, dado que os conceitos de ambos os tipos de sociedade não foram construídos teoricamente [...], não há como entender o caráter de um fenômeno, não passam da resultante da adição meramente descritiva de seus traços característicos (LACLAU, 1979, p.161).

O capítulo inicial da obra ***La Razón Populista*** (2006), é intitulada “Populismo: Ambiguidades e Paradoxos” (LACLAU, 2006, p.15-17). Ademais de não citar sua obra de 1977, este capítulo levanta os mesmos questionamentos e problemas que já estavam expostos em tal obra. Não mais um interlocutor consagrado dentro do

espectro teórico marxista, Laclau faz deste curto capítulo uma introdução, direcionando-se tanto para aqueles que conhecem sua trajetória teórica, como para novos leitores de áreas acadêmicas díspares.

Salienta que um traço da literatura sobre o populismo continuou sendo a dificuldade para dar um significado preciso ao termo.

A claridade conceitual – nem quero falar de definições – está visivelmente ausente deste campo. Na maioria dos casos, a compreensão conceitual é realocada pela invocação a uma intuição não verbalizada, ou por enumerações descritivas de uma variedade de ‘traços relevantes (LACLAU, 2006, p.15).

Laclau volta a citar Gino Germani, mais especificamente um texto posterior ao que havia analisado em sua obra anterior, porém, agora, curiosamente, para simplesmente exemplificar tipicamente as estratégias intelectuais que tratam o populismo na literatura existente. Tal citação, que não interessa neste trabalho aqui reproduzir¹⁷, é uma tentativa caótica de Germani de incluir todos os aspectos possíveis de sua existência, em um único e longo parágrafo, tratado ironicamente por Laclau.

Devido à nova hipótese levantada de que o populismo é mais do que um conceito a ser definido, sendo, portanto, um obstáculo a ser superado pela prática teórica da análise social, como já foi exposto neste estudo, Laclau (1979) aparenta abandonar o caminho traçado no seu artigo redigido em 1977. Apresentar-se-á, mais à frente, as consequências de tal decisão teórica, o que aqui se quer evidenciar é que Laclau acaba por retomar, em seus trabalhos futuros, o terceiro enfoque sobre o populismo que já se percorreu aqui, que só marginalmente foi então por ele elaborado, e procura o desenvolver brevemente na passagem que se cita a seguir.

Dada a ‘vegedade’ [*vagedad*] do conceito de populismo e a multiplicidade de fenômenos que são submetidos a este rótulo, uma primeira estratégia intelectual possível seria não tentar ir além da própria multiplicidade, ou seja, permanecer dentro dela, analisar a gama de casos empíricos que abarca, e tirar quaisquer conclusões

¹⁷ O nome do texto de Gino Germani aludido é **Autoritarismo, fascismo y populismo nacional**, Buenos Aires, Ed. Temas, 2003. A edição utilizada é a norte-americana do ano de 1978 editada em New Jersey pela Ed. *Transaction Books* intitulada **Authoritarianism, Fascism and National Populism**.

que sejam possíveis de uma comparação limitada e descritiva entre eles (LACLAU, 2006, p.17).

Ao trabalhar com os impasses que a literatura continuou mantendo sobre o populismo, a interlocução inicial de Laclau é com a pesquisadora Margaret Canovan, mais especificamente com a tipologia que esta autora procura construir, a partir de uma lista com os diversos exemplos históricos em que o populismo - de alguma forma - estava presente¹⁸. Citam-se as tipologias assim como Laclau as copilou:

Populismos agrários

1. O radicalismo agrário (por exemplo, o Partido do Povo dos EUA).
2. Os movimentos camponeses (por exemplo, o Levantamento Verde da Europa do Leste).
3. O socialismo intelectual agrário (por exemplo, os narodniki).

Populismo políticos

1. As ditaduras populistas (por exemplo, Perón).
2. As democracias populistas (por exemplo, as convocatórias a referendos e à 'participação').
3. Os populismos reacionários (como é o caso de George Wallace e seus seguidores).
4. O populismo dos políticos (por exemplo, a construção geral de coalizões não ideológicas que se beneficiam com a convocatória unificadora ao 'povo') (CANOVAN apud LACLAU, 2006, p.18).

Ademais dos vários questionamentos de Laclau sobre a coerência dessa tipografia, ou mesmo da possibilidade de sustentação de que tal lista seja mesmo uma tipografia. Aceita somente encará-la como um tipo de mapa da dispersão linguística dos usos da noção de populismo, mesmo assim, de forma distorcida e sem precisão.

Entretanto, a análise de Canovan, ainda segundo Laclau, tem o mérito de não eliminar a multiplicidade de forma que é tomada historicamente o populismo, que é, para ele, o pior tipo de reducionismo, aquele proveniente da tentação de atribuir ao populismo um conceito social particular, como apresentado pelas dois primeiros enfoques aqui trabalhados de sua obra anterior (LACLAU, 1979).

¹⁸ O texto aludido é *Populism* de Margaret Canovan editado em Londres pela Ed. Junction Books, no ano de 1981.

Assim, uma nova estratégia intelectual, sugerida por Laclau, é compreender a multiplicidade das formas que se mostrou historicamente o populismo, uma característica geral da literatura sobre o populismo é que “quanto mais determinações incluem-se no conceito geral, menos capaz é esse conceito de hegemonizar a análise concreta” (LACLAU,2006, p.22). É na diferenciação entre “retórica” e “lógica” que o autor busca o gene dessa estratégia, pois a retórica sempre foi vista como “puro adorno da linguagem”, submetendo-se somente a ideologias ditas irracionais. Em casos que os atores sociais não conseguem constituir-se em torno de interesses bem definidos e racionalmente negociados, é que os mecanismos retóricos – metáfora, metonímia, sinédoque, catacrese – convertem-se em instrumentos de uma racionalidade social ampliada, e já não se pode desestimar uma interpelação ideológica como meramente retórica. “Assim, a imprecisão e o vazio dos símbolos políticos populistas não podem ser desestimados com tanta facilidade: tudo depende do ato performático que tal vazio ocasiona” (LACLAU, 2006, p.26).

A metáfora, utilizada muitas vezes de forma pejorativa para criticar as formas retóricas dos discursos políticos, acerca do questionamento do copo encontrar-se meio cheio ou meio vazio de algum líquido, pode ser útil para o pesquisador melhor entender tal raciocínio. O copo, tal qual uma bandeira de luta popular, pode ser, inicialmente, esvaziado de seu conteúdo original e, posteriormente, preenchido com outros conteúdos, por exemplo, com teores alcoólicos díspares como em um coquetel, dependendo dos acontecimentos e da situação que o copo encontra-se. O teor alcoólico do conteúdo dos líquidos dentro de tais copos, por consequência, pode derrubar aquele que o bebe, independentemente se ele está meio cheio ou meio vazio. O que importa são os conteúdos de seu interior, assim como da mistura final. Fechada essa imagem metafórica, voltemos à preocupação de Laclau.

A ideia sugerida é que a retórica é algo como uma “anatomia do mundo ideológico” e que o mais importante é a determinação das sequências discursivas, por meio das quais um movimento encaminha sua ação política global. Para esclarecer essa nova estratégia teórica, é importante salientar a ideia, proposta pelo autor, da inversão da perspectiva analítica em que uma “aproximação do populismo em termos de anormalidade, desvio ou manipulação é estritamente incompatível com nossa

estratégia teórica” (LACLAU, 2006, p.27-28). O populismo é apresentado como uma possibilidade de estruturação da vida política.

Utilizando da leitura de outros autores, como Peter Worsley (apud LACLAU, 2006, p. 28-30), Laclau levanta três movimentos intelectuais que bem descrevem o populismo. Antes de apresentá-los de forma sistematizada, é importante introduzir a obra em questão.

O trabalho de Worsley é fundamental para Laclau, tantos nos escritos antigos como nos recentes. A preocupação deste autor em ampliar o conceito, ou, ao menos, não reduzi-lo a descrições inúteis, parece ter sido fundamental em toda a perspectiva teórica de Laclau. Cabe uma pesquisa futura mais apurada desta relação que não tem foco aqui e, infelizmente, para este trabalho não se pretende realizar. A obra citada é **Populismo: sus significados y características nacionales** (IONESCU e GELLNER, 1969), é uma compilação de textos realizada por Ghita Ionescu e Ernest Gellner¹⁹, artigo de Worsley que fecha o livro e é intitulado “*El concepto de populismo*”.

1º) Não como um “tipo organizado” ou “ideologia” (comunismo, democracia, etc.), mas sim como “uma dimensão da cultura política que pode estar presente em movimentos de signos ideológicos muito diferentes” (LACLAU, 2006, p.30).

2º) Exploração das dimensões performáticas: “Passa da mera análise do conteúdo das ideias ao papel que elas jogam em um contexto cultural determinado, um papel que modifica não só seus usos, como também seu próprio conteúdo intelectual” (LACLAU, 2006, p.30).

3º) Participação popular em geral. Nas palavras de Worsley: “o ‘populismo’ referia-se não só às relações ‘diretas’ entre o povo e um líder [...], mas sim, de um modo mais amplo, à participação popular em geral (incluída a pseudoparticipação)” (Apud LACLAU, 2006, p.30).

¹⁹ Editada em 1969 pela Ed. Amorrortu em Buenos Aires.

Novas questões como “a qual realidade social e política se referem ao populismo?” ou “de que realidade ou situação social é *expressão* o populismo?” ajudam a compreender essa nova estratégia teórica. Levando-se em conta um dos pressupostos básicos proposto, que o vago (indeterminado) “não constitui defeitos de um discurso *sobre* a realidade social, e sim que, em certas circunstâncias, estão inscritos na realidade como tal”. O populismo é, para Laclau, a via mais significativa para compreender algo relativo à constituição do político.

Passa-se, então, para a outra face que o problema do populismo abarca: reducionismos característicos de paradigmas (formas definidas e sistemáticas do pensamento científico) herméticos (totalmente fechados), ou melhor, que não se abrem a partir de novos acontecimentos históricos.

1.2. Reduccionismos: consagração de um paradigma definitório

Antes de se aprofundar nos pontos centrais do que Laclau chamou a “razão populista”, acredita-se ser importante apresentar a crítica aos reducionismos teóricos a que as práticas científicas estão sujeitas. Inicia-se, então, a reconstrução de suas ideias acerca das formas em que se pode encontrar estes reducionismos desde seu ensaio “Para Uma Teoria do Populismo” (1979). Uma conclusão inicial, que para Laclau é inequívoca, acerca das análises então em voga é que:

o significado dos elementos ideológicos identificados com o populismo devem ser procurados na estrutura da qual são um simples momento, e não em paradigmas ideais. Essas estruturas parecem referir-se – também inequivocamente – à natureza de classe dos movimentos populistas, a suas raízes nos modos de produção e a suas articulações. (LACLAU, 1979, p.164).

Assume, o autor, neste momento de seu ensaio, que sua exploração das teorias relativas ao populismo parece reduzir-se a uma viagem circular.

Começamos assinalando a impossibilidade de vincular o elemento estritamente populista à natureza de classe de um determinado movimento; em seguida, passamos a analisar as teorias que o

apresentam como a expressão de situações em que as classes não conseguem expressar-se plenamente como tais; e, agora, concluímos que os traços ideológicos que resultam desse tipo de situação só fazem sentido se referidos à estrutura de que fazem parte, isto é, à estrutura de classes (LACLAU, 1979, p.164).

Laclau salienta que se o leitor observar mais detalhadamente esse problema, concluirá que esse problema é o resultado de uma grande confusão.

Essa confusão provém de uma ausência de diferenciação de dois aspectos: o problema geral da *determinação de classe* das superestruturas política e ideológica e as *formas de existência* das classes ao nível das referidas superestruturas. Observe-se que se trata de dois problemas diferentes: afirmar a determinação de classe das superestruturas não significa estabelecer a forma em que essa definição se exerce (LACLAU, 1979, p.165, grifo do autor).

A identificação de ambos os problemas tem, para Laclau, como resultado, o reducionismo: essa concepção, que conduz a uma identificação entre a classe como tal e o grupo social empiricamente observável, depara-se com “dificuldades especiais” na análise do populismo. São essas dificuldades que acompanharão os seguintes textos do autor e que reiteradamente é utilizada como parte das justificativas na pertinência do estudo de tal tema.

Parte principal do problema estaria na identificação de uma classe como tal com um grupo social empiricamente observável. Questiona que se qualquer característica de um grupo pode vir a ser reduzida à natureza de classe, não é possível estabelecer distinções com outros grupos. Propõe, portanto, uma definição de classes sociais que abandone pressupostos reducionistas, apresentando-as como pólos de relações de produção antagônicas que não têm nenhuma forma de existência necessária no plano ideológico e político.

Entretanto, o autor, diferentemente das suas análises futuras, ainda mantém a “determinação em última instância” da economia e das classes sociais sobre os planos políticos, ideológicos e sociais. Para se ter uma ideia do afastamento do autor deste seu passado, no qual ainda acreditava existir um “papel dominante” da base econômica, apresenta-se a comparação de duas citações apartadas no tempo e no conteúdo.

- 1) Afirmamos, ao mesmo tempo, a determinação, em última instância, dos processos históricos pelas relações de produção, o que equivale dizer, pelas classes (LACLAU, 1979, p.166).
- 2) A única alternativa possível era aceitar plenamente a heterogeneidade, sem tratar de reduzi-la a nenhuma homogeneidade oculta ou subjacente, e encarar de frente a questão de como é possível uma certa totalização que seja, entretanto, compatível com uma heterogeneidade irreduzível (LACLAU, 2008, p.36).

Para Laclau, três são as consequências fundamentais que derivam dessa linha de raciocínio alternativa esboçada nos anos de 1970, que auxiliam a compreender os rumos teóricos posteriormente adotados.

A primeira é que a forma de uma ideologia está no princípio articulatório de suas interpelações constitutivas, assim, o caráter de classe de uma ideologia seria dado por sua forma, e não por seu conteúdo, e se revelaria no que o autor chama de “princípio articulatório específico”. Portanto, uma ideologia de classes não estaria necessariamente ligada à base de um elemento específico ou fundamental, como a classe operária. Propõe que as classes existem, no plano ideológico e político, sob a forma da articulação, e não da redução.

Laclau questiona o leitor acerca da impossibilidade de um marco comum de sentido possa ser construído em nossas sociedades, alertando para o fato de que “certos núcleos comuns de sentido” estejam conotativamente ligados a campos ideológico-articulatórios distintos.

A segunda consequência fundamental é que tal articulação requer “a existência de conteúdos – interpelações e contradições – não classistas, que constituem a matéria-prima sobre a qual atua a prática ideológica de classe.” (LACLAU, 1979, p.167).

Aqui, pode-se encontrar já uma primeira leitura hegemônica do problema do populismo, em que as alianças e laços entre as classes e frações de classe jogam um papel importante na análise política. Assim: “A ideologia da classe dominante, justamente por ser dominante, interpela não só os membros desta classe, mas também os membros das classes dominadas” (LACLAU, 1979, p.167).

A forma de absorção parcial e neutralização dos conteúdos ideológicos que expressam alguma resistência à dominação, ou seja, o método pelo qual se realiza esse processo é eliminar o antagonismo e transformá-lo em uma “simples diferença”. O que faz, então, uma classe ser considerada hegemônica?

Uma classe é hegemônica não tanto na medida em que é capaz de impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas na medida em que consiga **articular visões de mundo** de forma tal que seu antagonismo potencial seja neutralizado (LACLAU, 1979, p.168, grifo nosso).

São dois, portanto, os modos em que a classe dominante pode exercer a sua hegemonia:

(1) através (sic) da articulação, ao seu discurso de classe, das contradições e interpelações não classistas; **(2)** através (sic) da absorção de conteúdos que fazem parte do discurso político e ideológico das classes dominadas (LACLAU, 1979, p.168).

O exemplo utilizado pelo autor acerca dos posicionamentos assumidos pelos partidos socialistas ao subirem aos governos dos países europeus, desde o pós-guerra, procura demonstrar que a luta de classes determina mudanças na capacidade ideológico-articulatória das próprias classes. Assim, haveria sempre um risco de que o discurso ideológico dominante quando se depara a algum tipo de crise possa diminuir a capacidade neutralizadora dos antagonismos.

Refletindo sobre o caso recente venezuelano, veremos no terceiro capítulo dessa pesquisa que o clima ideológico-articulatório na virada do milênio desmanchou os discursos políticos solidificados há mais de quarenta anos. A continuada inoperância do Estado venezuelano em resolver problemas sociais básicos de seus cidadãos, mais do que causar uma troca dos grupos tradicionais de políticos no poder, proporcionou a própria repulsa do modelo neoliberal.

A terceira consequência fundamental do rumo teórico sugerido por Laclau neste momento de sua trajetória teórica, leva em conta que as classes se definem como pólos antagônicos de um modo de produção.

Se a relação entre o nível da produção e as superestruturas política e ideológica deve ser concebida sob a fórmula da articulação, e não da

redução, as classes e os grupos empiricamente observáveis não coincidem necessariamente (LACLAU, 1979, p.170).

Reproduzem-se, a seguir, as três derivações da ideia por ele levantada de que os indivíduos são “suportes” e “pontos de intersecção” de um acúmulo de uma série de contradições díspares, embora nem todas sejam de classe. Nota-se que são nesses acúmulos, ou seja, nesta forma especial de articulação, que Laclau aponta, ao buscar algo relativo ao populismo. Neste momento de sua trajetória teórica, deve-se atentar-se ao “princípio articulatório” das contradições e a participação de determinada classe em um princípio a ela estranha. Expõem-se as três derivações:

- a) este tipo de fenômeno corresponderia às situações em que as interpelações e contradições não classistas de que o indivíduo participa estão sujeitas ao princípio articulatório de uma classe distinta daquela a que ele pertença;
- b) o princípio articulatório de um discurso é sempre um princípio de classe;
- c) uma classe só existe como tal, a estes níveis (ideológico e político), na medida em que luta por sua hegemonia (LACLAU, 1979, p.170).

O enigma do populismo que Laclau busca desvendar, este “aparente paradoxo”, poderia ser encontrado no próprio processo de “reducionismo necessário” de todas as relações contraditórias da sociedade a uma contradição de classe em que as lutas sociais teriam sempre uma marca ou estigma classista aparente e obrigatoriamente constituidor desta própria luta.

Se conseguimos provar que o elemento estritamente populista não reside no movimento como tal nem em seu discurso ideológico característico – que como tais terão sempre um pertencimento de classe – e sim em uma contradição não classista específica articulada a esse discurso, teremos resolvido o aparente paradoxo (LACLAU, 1979, p.171).

A primeira conclusão a que chega é a evidente necessidade de observar as lutas sociais por outra perspectiva, qual seja, em que o antagonismo povo/bloco de poder venha a jogar um papel central na análise dos acontecimento e situações políticas nas formações sociais nacionais, como por exemplo, nos conflitos sociais díspares de nossas sociedades. Tem-se, então: “Cujas inteligibilidade não depende das

relações de produção, e sim do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação, constitutivos de uma formação social determinada” (LACLAU, 1979, p.172).

A contradição dominante ao nível do modo de produção constitui o campo específico da luta de classes, assim, a contradição dominante ao nível da formação social concreta é a que constitui o campo específico da luta popular-democrática. Tal afirmação o obriga a especificar melhor o que seria a prioridade da própria luta de classes, propondo que ela só poderia ocorrer mediante projetos antagônicos.

Como a luta de classes política e ideológica [...] se verifica em um terreno constituído por interpretações e contradições não classistas, esta luta só pode ser constituída em projetos articulatórios antagônicos (LACLAU, 1979, p.172).

Além de apresentar o *status* teórico do conceito de povo como uma determinação objetiva, um dos pólos da contradição dominante no âmbito de uma formação social concreta. O princípio de identidade popular é apresentado a partir das práticas culturais provenientes dos grupos sociais, por determinadas interpelações cristalizadas, por exemplo, em torno nas “tradições populares” existentes: “As ‘tradições populares’ constituem o conjunto de interpelações que expressam a contradição povo/bloco no poder como distintas de uma contradição de classe” (LACLAU, 1979, p.173).

Laclau apresenta duas explicações importantes acerca do papel que tem essas tradições populares nas lutas políticas e sociais de nossas sociedades:

- 1) na medida em que as ‘tradições populares’ representam a cristalização ideológica da resistência à opressão em geral, isto é, à própria forma do Estado, deverão ter maior duração do que as ideologias de classe e constituirão um marco estrutural de referência mais estável;
- 2) as tradições populares não constituem discursos coerentes e organizados mas, puramente, elementos que só existem articulados a discursos de classe (LACLAU, 1979, p.173).

O autor propõe uma “invariante comunista” que não tem um caráter de classe definido, visto que ela sintetizaria:

a aspiração universal dos explorados no sentido de derrubar todo princípio de exploração e da opressão. *Elas nascem no campo da confrontação entre massas e o Estado*. Naturalmente, esta contradição é, ela própria, estruturada em termos de classe, pois o Estado é sempre o Estado de uma classe dominante específica (LACLAU, 1979, p.176, grifo do autor).

Há, aqui, uma curiosa sobreposição de paradigmas diferentes, e não opostos, que é importante citar, pois, neste escrito de Laclau, diferentemente de seus escritos futuros, as classes estão sempre presentes, mesmo nas tradições populares. A ideologia espontânea das massas enquanto conjunto articulado será sempre uma ideologia de classe.

Todavia, os elementos ideológicos democráticos conduzem potencialmente ao comunismo, na medida em que o desenvolvimento lógico da contradição “povo”/Bloco de Poder conduz à supressão do Estado (LACLAU, 1979, p.177).

Antes de se dar um pulo no tempo e partir para o presente milênio, já neste milênio, data da primeira publicação de ***La Razón Populista*** (2006), por Ernesto Laclau, pensa-se ser oportuno salientar que boa parte dos elementos centrais do arcabouço teórico que Laclau apresentará - de forma sistematizada - futuramente já estavam explícitas no texto redigido em 1977 (LACLAU, 1979).

CAPÍTULO 2

A BALANÇA POPULISTA: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Ao se trabalhar os elementos da teoria do populismo presente na sua recente obra, ***La Razón Populista*** (2006), na qual Laclau apresenta sua teoria de forma sistematizada, diferente do “esboço” proposto no seu ensaio “Para uma teoria do populismo” (1979), deve-se observar quais as teses defendidas e, posteriormente, as conclusões que foram então rascunhadas, ou seja, o que ele pensava ser preciso para a construção de uma teoria do populismo.

Nossa tese é que o populismo consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante. [...] O populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face à ideologia da classe dominante (LACLAU, 1979, p.179, grifo do autor).

Já, aqui, o autor transmite algumas pistas sobre como irá consolidar futuramente a sua teoria do populismo ao apresentar a ideologia populista como algo específico da dinâmica social, já que, em seus estudos atuais, mais que uma ideologia, o populismo apresenta-se como a própria expressão do que seria o político.

Uma ideologia não é ‘populista’ no mesmo sentido em que é ‘conservadora’, ‘liberal’ ou ‘socialista’, pela simples razão de que, enquanto estes três termos fazem alusão aos princípios articulatórios das respectivas ideologias, consideradas em seu conjunto, ‘populismo’ alude a um tipo de contradição que só existe como momento abstrato de um discurso ideológico [...] porque os discursos ideológicos de movimentos políticos com orientações e bases sociais tão distintas tiveram que recorrer crescentemente ao populismo, isto é, que desenvolver o antagonismo potencial das interpelações popular-democráticas? (LACLAU, 1979, p.183).

O autor chega a criticar o trabalho de dois autores brasileiros que também trabalharam diretamente com o tema do populismo, Francisco Weffort (1989) e Otavio Ianni (1968), que entendiam o populismo, ainda segundo Laclau, como a superestrutura de um processo de industrialização acelerada por substituição de

importações.²⁰ Já para Laclau, o populismo “não é a superestrutura necessária de nenhum processo social ou econômico”, e estaria presente na forma articulatória destes elementos e não em etapas, como demonstrado na crítica ao modelo teórico de Di Tella-Germani, o autor abandona uma análise mais pormenorizada de ambos. O que também neste estudo se faz, devido ao foco na teoria de Laclau acerca do populismo, parte do problema estabelecido para esta pesquisa.

Ao abordar de forma mais direta a América Latina, Laclau afirma que a tentativa de explicação da emergência dos movimentos com ideologias populista entre os anos de 1930 e 1960 deve consistir prioritariamente em: “mostrar como as condições necessárias a emergência de fenômenos populistas se reuniram, nesse período, e foram, pelo contrário, muito menos frequentes antes e depois deles” (LACLAU, 1979, p.183).

Apresentar-se-ão, a seguir, três momentos necessários para a emergência populista, em que a teoria do populismo de Laclau estruturava-se:

- a) crise grave no Bloco de Poder;
- b) frações que buscam hegemonia pela mobilização das massas;
- c) crise do transformismo.

A seguir, serão apresentadas as conclusões a que chegou Laclau em seu artigo “Para uma teoria do populismo” (1979) e, posteriormente, serão explicitadas suas ideias atuais, procurando salientar as continuidades e as rupturas que manteve na sua análise do populismo. A primeira conclusão de Laclau, em sua obra inicial, sobre o tema do populismo, que ele manterá parcialmente no futuro, é acerca da delimitação do campo populista, ou seja, das fronteiras mínimas do significado de populismo.

Surge em um campo ideológico específico: o que é constituído pela dupla articulação do discurso político. A tensão dialética entre o povo e as classes determina a forma da ideologia, tanto dos setores dominantes como dos setores dominados. Na medida em que o povo e classes constituem pólos de contradições diferentes, mas

²⁰ O livro **O populismo e sua história**: debate e crítica, organizado pelo pesquisador Jorge Ferreira e editado pela Civilização Brasileira no Rio de Janeiro em 2001, é uma das melhores compilações de trabalho de nomes importantes da ciência política brasileira sobre o populismo.

igualmente constitutivas do discurso político, ambos estão presente nele (LACLAU, 1979, p.200).

O populismo, como inflexão particular das interpelações populares, nunca pôde constituir o princípio articulatório de um discurso político – mesmo que se constitua em um traço deste. O problema central, portanto, que envolve o populismo, está inscrito nas ideologias populares-democráticas, isto é, nas próprias lutas sociais por melhorias sociais frente às instituições do Estado responsáveis (quando existem) por atendê-las.

[...] porque se as ideologias populares-democráticas não existem separadamente, mas sim articuladas no interior de discursos de classe, não se pode proceder diretamente ao estudo destes últimos enquanto tais, e deixar de lado a análise das ideologias populares-democráticas (LACLAU, 1979, p.200).

Nesta seção, já se adianta parte das ideias que Laclau, de forma sistematizada, claro que rompendo com aspectos básicos da teoria marxista tradicional. A polarização entre povo e classe é central na construção teórica neste momento de seu pensamento. Negar a dialética entre o povo e as classes equivaleria, portanto, a negar a luta ideológica de classes.

Este enfoque eliminaria o que há de mais específico na luta ideológica de classes, que consiste, como se sabe, na tentativa de articular as mesmas interpelações e discursos antagônicos. É precisamente porque o povo nunca consegue ser totalmente absorvido por nenhum discurso de classe, porque o campo ideológico sempre apresenta uma certa abertura, e sua estrutura nunca é completa – que a luta de classes também pode assumir a forma de uma luta ideológica (LACLAU, 1979, p.200-201).

Para um melhor entendimento da ruptura proporcionada por Laclau em seus textos futuros, procura-se demonstrar que o autor salienta do âmbito da noção de classe social o seu “poder articulatório”, que é expressão o populismo, assim, há uma transposição que coloca no lugar da classe social o que Laclau virá a chamar de “os de baixo”. Mais à frente será vista a justificativa desta decisão teórica, a qual terá profundas consequências nos seus trabalhos posteriores.

Em prosseguimento, serão apresentadas algumas citações das conclusões finais a que chega Laclau no ensaio “Para uma teoria do populismo” (1979), em que o povo só existiria se estivesse articulado às classes sociais.

1) O populismo não é [...] expressão do atraso ideológico de uma classe dominada mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade (LACLAU, 1979, p.202).

2) As classes não podem afirmar sua hegemonia sem articular o povo ao seu discurso; e a forma específica desta articulação, no caso de uma classe que, para afirmar sua hegemonia, tem que estar em confronto com o bloco de poder em seu conjunto, será o populismo (LACLAU, 1979, p.202).

Porém, tais conclusões apenas apresentam a expressão de um momento e de uma forma, mas, como se dá o populismo? Como ele se constitui? Quais os elementos básicos de sua constituição?

Passa-se, na busca das respostas para tais questões, para a análise de parte da obra **La Razón Populista** (2006), em que Laclau apresenta uma sistematização (de forma bem mais acabada) da noção de populismo do que os esboços apresentados nas obras anteriores, e que, nesta pesquisa, será chamada de balança populista. No capítulo quatro, intitulado “O povo e a Produção Discursiva do Vazio” (2006, p.91-162), Laclau menciona alguns supostos ontológicos (isto é, relativos ao próprio processo social de autocriação) gerais que guiaram a análise deste seu trabalho.

Na tentativa de construção das delimitações de seu campo teórico, Laclau apresenta três “conjuntos de categorias”, as quais centralizam seu enfoque teórico recente, a saber:

1º) Discurso:

Entendido como “o terreno primário da constituição da objetividade” (LACLAU, 2006, p.92), o discurso assume um papel central na análise do político. O discurso, para Laclau, não é limitado por um conjunto de falas ou escritos, ele é entendido como uma relação de ações, “um complexo de elementos no qual as relações jogam um papel constitutivo” (LACLAU, 2006, p.92).

O aspecto relacional é de grande importância para a construção do discurso, já que “esses elementos [discursivos] não são preexistentes ao complexo relacional, e sim se constituem através (sic) dele”. Para o autor, “relação” e “objetividade” são sinônimos, e por isso “uma ação é o que é somente através (sic) de suas diferenças com outras ações possíveis e com outros elementos significativos – palavras ou ações – que podem ser sucessivos ou simultâneos” (LACLAU, 2006, p. 92).

Ao assumir que o aspecto relacional é também construtor das identidades, dentro do que o pesquisador pode chamar de um jogo relacional, o autor distancia-se de outras perspectivas de análise da construção de tais identidades. O funcionalismo e o estruturalismo, por exemplo, são descartados pelo autor na medida em que o todo alcança sua unidade no jogo das diferenças, e não por qualquer predeterminação.

Em nossa perspectiva não existe nada além do jogo das diferenças, nenhum fundamento que privilegie a priori alguns elementos do todo por cima dos outros. Qualquer que seja a centralidade adquirida por um elemento, deve ser explicada pelo jogo de diferenças como tal (LACLAU, 2006, p. 93).

2º) *Significantes vazios e hegemonia:*

Já que não é postulada uma centralidade *a priori* como pode, na interação das partes diferentes, o todo se formar? Para ser mais direto, como se dá a formação da totalidade populista? O autor propõe alguns argumentos divididos em passos, mais bem desenvolvidos no seu artigo “Por que os significantes vazios são importantes para a política”²¹ (LACLAU, 2006, p.93), que se trabalhará abaixo:

1º Passo – A construção da totalidade ocupa um papel importante dentro do arcabouço teórico proposto, o primeiro passo explicita a totalidade como “condição de significante”. Isto é, é na própria articulação dos elementos identitários, nas suas relações, que um dos elementos ocupará um papel totalizador. Assim, “se temos um conjunto puramente diferencial, a totalidade deve estar presente em cada ato

²¹ Este artigo de Laclau está publicado na obra ***Emancipation(s)***, editada em Londres, pela Ed. Verso, no ano de 1990.

individual de significação; por isso, a totalidade é a condição de significação como tal” (LACLAU, 2006, p.93-94);

2º Passo – A ideia de limite e diferença são as chaves para a compreensão deste passo, visto que para “apreender conceitualmente essa totalidade, [...], devemos distingui-la de algo diferente de si mesma. Este diferente, todavia, só pode ser outra diferença, e como estamos tratando com uma totalidade que abarca todas as diferenças, esta outra diferença – que provê o exterior que nos permite construir a totalidade – seria interna e não externa” (LACLAU, 2006, p. 94);

3º Passo – Assim, tem-se o exterior como resultado de uma exclusão “de algo que a totalidade expelle de si mesma a fim de constituir-se”. Contra uma diferença demonizada (Ex: o antissemitismo no nazismo), “com respeito ao elemento excluído, todas as outras diferenças **são equivalentes entre si** – equivalentes em seu rechaço à identidade excluída” (LACLAU, 2006, p. 94, grifo nosso). Para o autor, toda identidade é construída por uma tensão entre duas lógicas:

LÓGICA DA DIFERENÇA	X	LÓGICA DA EQUIVALÊNCIA
---------------------	---	------------------------

4º Passo – No final das contas a totalidade resume-se na tensão destas lógicas, esta é uma “totalidade falida, o lugar de uma plenitude inalcançável”. Além dessa impossibilidade da totalidade, esta retém uma necessidade porque, “sem algum tipo de fechamento, por mais precário que seja, não haveria nenhuma significação nem identidade” (LACLAU, 2006, p.94).

5º Passo – “O argumento desenvolvido é que, neste ponto, existe a possibilidade de uma diferença, sem deixar de ser **particular**, assuma a representação de uma totalidade incomensurável. Desta maneira, seu corpo está dividido entre a particularidade que ela ainda é e a significação mais universal de que é portadora”. Essa operação é chamada pelo autor de hegemonia (LACLAU, 2006, p.94).

3º) Retórica:

O autor analisa as funções exercidas pelos mecanismos retóricos, principalmente, quando há deslocamentos retóricos, isto é, sempre que um termo literal é substituído por outro figurativo. Assim, a figura da catacrese tem uma função de extrema importância, “nesse sentido, a catacrese é algo mais que uma figura particular: é o denominador comum da retoricidade enquanto tal”. Diz Laclau (2006, p.96): “se o significante vazio surge da necessidade de nomear um objeto que é, por sua vez, impossível e necessário, [...] nesse caso, a operação hegemônica será necessariamente catacrética”.

Para o autor, a própria construção política do “povo” é “essencialmente catacrética”, a ideia de sinédoque – em que a parte representa o todo – cumpre uma função ontológica primordial, diferentemente de outras peças retóricas, como se vê a seguir.

2.1. Demanda: unidade de análise

Dentre os elementos de construção do populismo, o primeiro a ser abordado é a unidade básica da demanda. O autor descarta a ideia de grupo como unidade básica: o povo é uma forma de construir a unidade de um grupo. O povo, portanto, não constituiria uma expressão ideológica, e sim uma relação real entre agentes sociais. Logo, na página inicial do prefácio da obra ***La Razón populista*** (2006), Laclau apresenta o duplo caminho que pretende seguir, coerente com o enfoque alternativo que pretende levar a cabo.

O primeiro é dividir a unidade de análise do *grupo* em unidades menores que denominamos *demanda*: a unidade do grupo é, em nossa perspectiva, o resultado de uma articulação de demandas. Entretanto, essa articulação não corresponde a uma configuração estável e positiva que poderíamos considerar como uma totalidade unificada: pelo contrário, posto que toda demanda apresenta reclamações a uma determinada ordem estabelecida, ela está em uma relação peculiar com essa ordem, que a coloca tanto dentro quanto fora. Como essa ordem não pode absorver totalmente a demanda, não consegue constituir-se a si mesma como uma totalidade coerente. A demanda requiere, portanto, algum tipo de

totalização caso queira cristalizar-se em algo que possa ser inscrito como reclamação dentro do 'sistema'. Todos esses movimentos contraditórios e ambíguos implicam as diversas formas de articulação entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência (LACLAU, 2006, p.9).

Adianta-se, neste capítulo, pontualmente, parte do debate travado entre Laclau e Slavoj Žižek, polemicamente estimulado pelo periódico *Critical Inquiry*, e apresentado no livro de Laclau *Debates y Combates: por um nuevo horizonte de la política* (2008). Ao procurar esclarecer a noção de demanda, intitula o segundo subcapítulo de seu ensaio-resposta “*Las demandas: entre pedidos e exigências*” (LACLAU, 2008, p.24-29). A demanda, portanto: “pressupõe que o grupo social não é um referente em última instância homogêneo, e sim que deve ser concebido como uma articulação de demandas heterogêneas” (LACLAU, 2008, p.24).

A demanda é uma reclamação, esta pode estar satisfeita, caso o Estado venha a dar-lhe solução. Porém, após muitas demandas não satisfeitas reiteradamente, estas acumulam-se e pode ser que entre essas demandas seja estabelecida uma relação, que o autor nomeia de equivalencial. Em suas palavras:

se a situação permanece igual por um determinado tempo, haverá uma acumulação de demandas insatisfeitas e uma crescente incapacidade do sistema institucional para absorver de um modo **diferencial** (cada uma de uma maneira separada da outra) e isto estabelece entre elas uma relação **equivalencial** (LACLAU, 2006, p. 98, grifo nosso).

A “cadeia equivalencial de demandas insatisfeitas” forma, assim, uma fronteira interna, uma dicotomização, do espectro político. No momento em que as demandas encadeiam-se uma nas outras, o papel do povo toma forma. A própria categoria de povo é construída conjuntamente com a formação da cadeia equivalencial – esta é a própria forma dessa articulação – assim, o autor define como “demanda popular” a pluralidade de demandas que, mediante sua articulação equivalencial, constitui uma subjetividade social mais ampla. Resumindo, tem-se abaixo três precondições claras do populismo:

Quadro 01: Dimensões estruturais necessárias para a existência do momento populista.

Dimensões estruturais (LACLAU, 2006, p. 102)	
1º)	a construção de uma fronteira interna que divida a sociedade em dois campos;
2º)	a unificação de uma pluralidade de demandas em uma cadeia equivalencial;
3º)	a consolidação de uma cadeia equivalencial mediante a construção de uma identidade popular que é qualitativamente algo mais que a simples soma dos laços equivalenciais.

As demandas podem ser democráticas, permanecendo ilhadas em relação ao processo equivalencial popular. Voltam-se, assim, às duas formas de construção do social abordadas:

Quadro 02: Formas de construção do social.

Lógica da diferença	Lógica da equivalência
afirmação da particularidade; um particularismo da demanda.	claudicação parcial da particularidade, destacando o que todas as particularidades têm, equivalente, em comum.

A equivalência não exclui a diferença, se as particularidades dessas demandas desaparecem, tampouco haveria fundamento para a equivalência. Assim, as demandas particulares continuam atuando dentro da equivalência, sempre em uma relação de tensão, e sempre mantendo o seu fundamento.

O processo de totalização requer que um elemento diferencial assuma a representação de uma totalidade insuperável. Assim, uma determinada identidade procedente do campo total das diferenças encarna essa função totalizadora. Segue uma diferenciação dos discursos de totalização populista e totalização institucional:

Quadro 03: Resumo das características discursivas.

Totalização populista (LACLAU, 2006, p.106-107)	Totalização institucionalista (LACLAU, 2006, p.106-107)
Uma fronteira de exclusão divide a sociedade em dois campos.	É aquela que intenta fazer coincidir os limites da formação discursiva com os limites da comunidade.
O 'povo' é algo menor que a totalidade dos membros da comunidade: é um	Todas as diferenças são consideradas igualmente válidas dentro de uma totalidade

componente parcial que aspira, entretanto, a ser concebido como a única totalidade.	mais ampla.
O ‘povo’ do populismo é uma <i>plebs</i> (os menos privilegiados) que reclama ser o único <i>populus</i> (todos os cidadãos) legítimo – a saber, uma parcialidade que quer funcionar como a totalidade da comunidade.	A diferencialidade reclama ser concebida como o único equivalente legítimo.

Há, porém, alguns pontos a serem focados nesta teoria, caso se busque compreender como esta construção pode ser observada nos processos políticos das formações sociais latinoamericanas. Qual é o momento em que ocorre tais articulações? Em que situação, ou a partir de quais acontecimentos, surge uma cadeia equivalencial populista?

2.2. O povo como fiel da balança

Antes de este estudo adentrar naquilo que Laclau chama a “*estruturação interna do povo*”²², procura-se apresentar detalhadamente sua ideia de *fronteira antagônica*. Logo no início da seção “Antagonismo, Diferença e Representação” (2006, p.110), o autor levanta a questão acerca de como conceber a sociedade como dois campos irreduzíveis estruturados ao redor de duas cadeias equivalenciais incompatíveis.

A noção de um antagonismo constitutivo, de uma fronteira radical requer, [...], um espaço *fraturado*. Devemos analisar as diferentes dimensões dessa estrutura e suas consequências para o surgimento de identidades populares (LACLAU, 2006, p.112, grifo do autor).

Laclau volta ao cenário em que a frustração de uma série de demandas sociais torna possível a passagem das demandas democráticas ilhadas para as demandas populares equivalenciais por um processo de encavalamento ou encadeamento. Uma das dimensões desta fratura é o que ele chama de “falta”, que tornaria ausente a própria identidade de uma comunidade.

²² Que é também o nome do último subtítulo do quarto capítulo do livro *La Razón Populista* (2006).

Isto é decisivo: a construção do 'povo' será a tentativa de dar um nome a essa plenitude ausente. Sem essa ruptura inicial de algo na ordem social – por mais pequena que essa ruptura tenha sido inicialmente – não há possibilidade de antagonismo, de fronteira ou, em última instância, de 'povo' (LACLAU, 2006, p.113).

Há, aqui, a introdução no quadro teórico da instância que não satisfaz tal demanda, visto que esta sempre está dirigida a alguém. Propõe o autor que há uma divisão dicotômica entre tais demandas não satisfeitas e um poder a estas insensível. O que leva esta pesquisa a uma segunda dimensão da fratura, aquela que nos diz algo sobre o vínculo equivalencial sobre as demandas não satisfeitas.

a passagem das demandas democráticas às populares pressupõe uma pluralidade de posições subjetivas: as demandas surgem, ilhadas no começo, em diferentes pontos do tecido social, e a transição para uma subjetividade consiste no estabelecimento de um vínculo equivalencial entre eles (LACLAU, 2006, p.113).

O autor nos leva a questionar, quando da análise das lutas sociais específicas de nossas sociedades (moradia, saúde, trabalho, expressão sexual, cotas raciais, etc.), denominadas por Laclau de demandas democráticas precisas, acerca das posições diferenciais dentro do marco simbólico das sociedades. Este somente se desintegraria caso tais demandas não sejam satisfeitas pelo Estado e suas instituições.

Outro ponto importante na teoria traçada por Laclau está no processo de construção política do inimigo, de sua identidade, facilmente orquestrado nas demandas específicas, mas de complexa projeção, caso se pense na sua articulação popular.

uma luta popular implica a equivalência entre todas essas lutas parciais e, nesse caso, o inimigo global a ser identificado passa a ser muito menos evidente. A consequência é que a fronteira política interna se tornará muito menos determinada, e que as equivalências que intervêm nessa determinação podem operar em muitas direções diferentes (LACLAU, 2006, p.114).

As configurações discursivas são para Laclau centrais para a compreensão do papel que um termo pode apresentar-se, como é o caso do exemplo da noção de trabalhadores. Esta poderia apresentar um significado meramente particularista em uma determinada configuração, assim como pode ocorrer de apresentar uma

denominação comum de todo um povo. O discurso de Vargas, em torno do trabalhismo, é uma ilustração de uma significação limítrofe do termo em questão na história política brasileira.

Um questionamento importante que se pode levantar nesse momento é exatamente sobre a mobilidade que um termo pode adquirir em determinados processos políticos. Por que razão o trabalhismo e o populismo foram identificados, dependendo do momento histórico e de seus leitores, tanto como de esquerda como de direita? No caso dos movimentos políticos recentes na América Latina, como operam as variações populistas na Venezuela?

Laclau afirma existir uma “nebulosa terra de nada” que poderia ser cruzada muito facilmente, independentemente da direção, entre populismos de esquerda e populismos de direita. São muitos os exemplos de migração de votos, por diversos motivos e em ambas direções, em partidos de extrema direita para partidos de extrema esquerda. O autor nos brinda com o exemplo dos votos de protesto de esquerda no Partido Comunista Francês, tal qual um tribuno do povo francês, defendendo bandeiras políticas das mais díspares frente ao parlamento.

Com o colapso do comunismo e a formação de um *establishment* de centro no qual o Partido Socialista e seus associados eram pouco diferentes dos gaullistas, a divisão entre esquerda e direita desbotou-se cada vez mais. Entretanto, a necessidade de um voto radical de protesto permaneceu, e como os significantes de esquerda foram abandonando o campo da divisão social, esse campo foi ocupado por significantes de direita [...]. Isto se traduz em um movimento considerável daqueles que foram votantes comunistas para a Frente Nacional (LACLAU, 2006, p.115).

Laclau propõe que tal explicação pode ser estendida na Europa para a melhor compreensão dos seus novos populismos de direita.

A última dimensão da fratura necessária ao momento populista apresentada por Laclau traduz-se na tensão entre a diferença e a equivalência existente a partir das demandas tornadas populares por meio de sua articulação. Questiona-se acerca dos motivos que levam um determinado grupo organizado e atuante em defesa de uma demanda democrática. Como a luta pela descriminalização dos trabalhadores

ambulantes, dos grandes centros urbanos latinoamericanos, articulam-se a outras demandas em uma cadeia equivalencial populista.

Esta possibilidade é ainda mais real porque cada uma destas demandas está ligada as outras *somente* através (sic) da cadeia equivalencial, a qual resulta de uma construção discursiva contingente e não de uma convergência imposta *a priori* (LACLAU, 2006, p.117, grifo do autor).

Tais dimensões propõem, segundo Laclau, evidenciar que sem uma fratura que consiga construir uma fronteira política o próprio povo, como cadeia equivalencial, não poderia no limite existir, o “destino do populismo está ligado estritamente ao destino da fronteira política” (LACLAU, 2006, p.117).

Passa-se, então, à observação daquilo que Laclau chama de “estruturação interna do” do povo. Como se dá a passagem de uma simples troca de sentimentos de solidariedade para a cristalização populista? Como é que se dá essa consistência própria, essa certa identidade discursiva que:

já não representa demandas democráticas *como* equivalencial, e sim o laço equivalencial como tal. É somente esse momento de cristalização o que constitui o ‘povo’ do populismo. O que era simplesmente uma mediação entre demandas adquire uma consistência própria. Embora o laço estivesse originalmente subordinado às demandas, agora reage sobre elas (sic – estas) e, mediante uma inversão de relação, começa a se comportar como seu fundamento (LACLAU, 2006, p.122, grifo do autor).

Antes, porém, sistematiza-se, neste trabalho, brevemente sobre as principais conclusões a que chegou Ernesto Laclau em tal obra. O autor apresenta um conjunto de decisões teóricas que devem ser tomadas para que a ideia de povo resulte inteligível, como as condições históricas que permitem o seu surgimento.

A primeira decisão teórica concebe o povo como uma categoria política e como um dado da estrutura social. Para Laclau, a unidade do grupo nada mais é do que o resultado da soma de demandas sociais.

Isto significa que não designa a um grupo dado, e sim a um ato de instituição que cria um novo ator a partir da pluralidade de elementos heterogêneos. É por este motivo que insistimos desde o começo que

nossa unidade de análise mínima não seria o *grupo*, como referente, e sim a *demanda* sociopolítica (LACLAU, 2006, p.278, grifo do autor).

É na assimetria existente entre a comunidade como um todo (*populus*) e “os de baixo” (*plebs*) que o autor encontra o pressuposto básico para a emergência do povo.

A segunda decisão teórica está naquilo que é para Laclau a peculiaridade do povo como ator histórico, na contaminação entre a universalidade do *populus* e a parcialidade da *plebs*.

A lógica de sua construção é o que temos denominado ‘razão populista’. Podemos abordar sua especificidade a partir dos dois ângulos: a universalidade do parcial e a parcialidade da universalidade (LACLAU, 2006, p.278).

A partir destas decisões teóricas tomadas apresentadas, pode-se passar à sua crítica de forma mais direta. Na seção seguinte, apresentar-se-á sucintamente uma destas, mais especificamente a de um autor de dentro do campo marxista.

2.3. Debates e combates acadêmicos

Ao efetuar os comentários finais da obra ***La Razón Populista*** (2006), Laclau propõe um diálogo acadêmico com alguns autores de dentro do espectro marxista. Os títulos das seções por ele enunciado no índice já mostra a direção de suas críticas.

1) “Zizek: *esperando os marcianos*” (LACLAU, 2006, p.289);

2) “Hardt e Negri: *Deus proverá*” (LACLAU, 2006, p.297);

3) “Rancière: *o redescobrimento do povo*” (LACLAU, 2006, p.303).

Aqui, será destacado somente o debate entre Laclau e Zizek, iniciado já na edição conjunta do livro ***Contingencia, hegemonia, universalidad. Diálogos contemporâneos en la izquierda*** (2003). Laclau procura elucidar alguns aspectos do trabalho de Zizek, diretamente relacionados com o tema central de seu livro, o populismo.

Para Laclau, a questão da unidade dos sujeitos populares é colocada por Zizek em uma nova versão do marxismo tradicional, isto é, de forma reducionista, na qual a unidade popular se reduz a uma unidade de classe.

Um primeiro ponto levantado por Laclau é acerca da crítica a ele imposta por Zizek acerca de seu “reformismo gradualista”, em oposição a uma “transformação social global”.

A oposição não tem nenhum sentido e a assimilação é inversão pura. Nunca falei de ‘gradualismo’, um termo que em meu enfoque teórico somente poderia significar uma lógica diferencial não impedida por nenhum tipo de equivalência – em outras palavras: um mundo de demandas pontuais que não entrariam em nenhum tipo de articulação popular –. As identidades populares, desde nosso ponto de vista, sempre constitui totalidades (LACLAU, 2006, p.291).

Outro ponto que este estudo objetiva é o melhor entendimento da relação entre a razão populista, proposta por Laclau, e a razão capitalista. Tal debate remete centralmente para a coerência do capitalismo como formação social. Nas palavras do autor:

A coerência do capitalismo como formação social não pode derivar-se da mera análise lógica das contradições implícitas na forma mercadoria, e que sua efetividade social depende de sua relação com um exterior heterogêneo, o qual pode controlar mediante relações de poder instáveis, mas não pode derivá-lo de sua própria lógica endógena. Em outras palavras: a dominação capitalista não é autodeterminada, derivada de sua própria forma, e sim o resultado de uma construção hegemônica, de maneira que sua centralidade deriva-se, como tudo o mais na sociedade, de uma sobredeterminação de elementos heterogêneos (LACLAU, 2006, p. 293).

Resultado desta concepção de capitalismo é a centralidade outorgada por Laclau à “guerra de posições”, tal qual proposta por Gramsci, visto que se a dominação capitalista não há de se extinguir por si só.

Um outro aspecto deste mesmo problema está na antiga problemática marxista do reducionismo econômico, “neste ponto parece que estamos voltando a aquelas distinções ingênuas da década de 1960 entre ‘determinações em última instância’, ‘papel dominante’, ‘autonomia relativa’, etc.” (LACLAU, 2006, p.294).

Ademais de posicionar-se a favor de tal centralidade, salienta que as dificuldades de aceitá-la surgem quando Zizek a transforma na construção de uma instância homogênea autodefinida que opera como o fundamento da sociedade.

O certo é que a 'economia' é, como qualquer outra coisa na sociedade, o lugar de uma sobredeterminação de lógicas sociais, e sua centralidade é resultado do fato óbvio que a reprodução material da sociedade tem mais repercussões nos processos sociais do que ocorre em outras esferas. Mas isto não significa que a reprodução capitalista pode ser reduzida a um único mecanismo autodefinitório (LACLAU, 2006, p.294-295).

O ponto crucial da crítica de Laclau à concepção teórica de Zizek pode ser observada em duas premissas levantadas: uma primeira questiona sua teoria do ato revolucionário pleno que operaria em seu próprio nome “sem estar investido de nenhum objeto deferente de si mesmo”; uma segunda, em que o sistema capitalista “é a verdadeira realidade com a qual o ato emancipatório deve romper” (LACLAU, 2006, p.295). Então, tem-se que: “a conclusão de ambas as premissas é que não há nenhuma luta emancipatória válida se não for uma luta anticapitalista direta e total” (LACLAU, 2006, p.295).

Aqui, nestas passagens citadas, é que se pode entender um pouco melhor por que Laclau utiliza no título da seção dedicada a Zizek a referência à espera dos marcianos. Devido ao descarte pelo autor esloveno da constituição desta luta de todos os movimentos políticos parciais, isto é, das lutas antissexistas, multiculturais, antirraciais, etc. Assim, já que nada faz parte dessa luta, a não ser o sentimento anticapitalista, somente uma forma exterior poderia concretizá-la: no caso, forças marcianas.

Para Laclau, o problema central dos argumentos de Zizek estaria em suas próprias premissas. Explicita, aqui, de maneira sintética, o desenvolvimento de somente um ponto do debate entre os dois que é relacionado com o problema desta pesquisa e das preocupações teóricas deste trabalho.

Cita-se, abaixo, um trecho da resposta de Žižek, proporcionado pela revista da Universidade de Chicago *Critical Inquiry*²³, transcrito pelo próprio Laclau em sua réplica na mesma revista em um número posterior.

A luta de classes pressupõe um grupo social particular (a classe operária) como agente político privilegiado; este privilégio não é o resultado da luta hegemônica, mas se funda na 'posição social objetiva' deste grupo, a luta político-ideológica reduz-se assim, em última instância, a um epifenômeno dos processos sociais e poderes 'objetivos' e a seus conflitos. Para Laclau, ao contrário, o fato de que certa luta seja elevada a um 'equivalente universal' de todas as lutas não é um fato predeterminado e, sim, o resultado de uma luta contingente pela hegemonia. Em uma determinada constelação, esta pode ser a luta dos trabalhadores; em outra constelação, a luta patriótica anticolonialista; em outra, a luta antirracista pela tolerância cultural. Não há nada nas qualidades positivas inerentes a uma luta particular que a predestine ao papel hegemônico de ser o 'equivalente geral' de todas as lutas (ŽIŽEK apud LACLAU, 2008, p.14).

Expõe-se diretamente a resposta de Laclau sobre este ponto:

Žižek começa afirmando que eu prefiro o populismo à luta de classes. Esta é uma maneira bastante absurda de apresentar o argumento, pois sugere que o populismo e a luta de classes são duas entidades realmente existentes, entre as quais alguém teria que escolher, assim como quando alguém escolhe pertencer a um time de futebol. A verdade é que minha noção de povo e a clássica concepção marxista de luta de classes são duas maneiras diferentes de conceber a construção das identidades sociais, de modo que, se uma delas é correta, a outra deve ser descartada, ou melhor, reabsorvida e redefinida em termos da visão alternativa (LACLAU, 2008, p.14).

Remete-se o leitor para a conclusão desta dissertação, na qual se apresenta a posição do pesquisador frente a tal debate, visto que se acha pertinente observar anteriormente o exemplo histórico do caso venezuelano, emblematizado na emergência da figura de Chávez ao governo deste país. Dedicar-se, portanto, o próximo capítulo para este trabalho.

²³ Ver citação na introdução desta pesquisa, p. 14.

CAPÍTULO 3

OS NOVOS POPULISMOS NA AMÉRICA LATINA: A IMPORTÂNCIA DA EMERGÊNCIA DO CASO VENEZUELANO

Uma primeira questão que se levanta para início do presente capítulo é sobre os motivos da volta da utilização do conceito de populismo para rotular alguns chefes de governo na América Latina. Ao redigir seu ensaio “Para uma teoria do populismo” (1979), Laclau apresentava as razões da baixa frequência das experiências populistas de então. Afirmava neste momento de sua trajetória teórica que o transformismo, isto é, a introdução na chefia do poder executivo de uma liderança popular (como é o caso dos presidentes latinoamericanos) entrou “definitivamente em crise” devido à repressão militar.

As experiências nacionalistas fracassaram e os blocos de poder se reunificaram sob a égide do capital monopolista. Nessas condições, não há antagonismos suficientemente profundos para que uma fração do bloco de poder decida reorientar-se em uma direção populista (LACLAU, 1979, p.185).

É curioso que o primeiro país a direcionar-se ao populismo de forma mais contundente a partir da polarização (e fratura) de sua sociedade não experimentou os anos de chumbo tal qual a quase totalidade do resto da América Latina. A Venezuela viveu desde o ano de 1958 um pacto político-institucional (*Punto Fijo*²⁴) entre as duas principais forças políticas conservadoras de então, que perdurou firmemente até a abertura neoliberal em meados da década de 1980.

A deterioração do apoio ao pacto acompanhou a implementação progressiva das políticas neoliberais pelos governantes até sua total decadência nos anos finais do milênio. É exatamente nestes anos finais que se foca a atenção deste estudo com o intuito de tentar compreender os motivos das rupturas políticas ocorridas na Venezuela, e qual o papel que o povo exerceu nesse processo autoproclamado revolucionário.

²⁴ O pacto do “Ponto Fixo”, de 1958, foi um acordo de alternância política entre as duas forças políticas conservadoras que controlaram os distúrbios sociais deste mesmo ano e formaram os governos da Venezuela por mais de quarenta anos desde então.

A referência principal que se utiliza nesta seção é o trabalho coordenado por Margarita López Maya, ***Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999*** (2002).²⁵ Cita-se, a seguir, do preâmbulo da obra, a definição da autora sobre os objetivos almejados.

É um esforço para contribuir ao conhecimento da dimensão cultural que apresenta a intensa mobilização que por mais de dez anos vem se desenvolvendo no mapa urbano da Venezuela, mais especialmente em Caracas, sua capital. Este protesto é mais significativo pelo fato de que a Venezuela não era reconhecida no continente como um país de humor de protestos em décadas anteriores, nem pertencia ao grupo de países em transição à democracia. (MAYA, 2002, p.9)

A palavra-chave utilizada por Maya (2002), ao estudar a emergência à presidência da Venezuela por Hugo Chávez é **protesto**, sinônimo de um tipo de “política da rua”, isto é, de uma “*peculiar forma de relação e negociação entre diversos setores sociais e o poder*”. Porém, busca a autora os elementos específicos dos protestos de 1999, tentando traçar “*marcos de ação coletiva*” como ferramenta de auxílio em tal empreitada. Tais marcos são, para a autora, algo como um denominador comum a todos os protestos, aquilo que proporciona a unificação das lutas sociais em andamento. Como é construído este marco no caso venezuelano, e como ele pôde surgir?

A autora propõe que houve uma alteração da própria natureza dos protestos nos anos finais do pacto *puntofijista*, uma alteração da conduta sociopolítica do venezuelano comum.

As motivações explícitas e as formas de fundamentá-las revelam demandas de modernização que a sociedade havia formulado desde a primeira metade do século e que seguem sem ser satisfeitas, porém a sua vez colocam a descoberto uma apropriação de imagens e ideias sobre a sociedade desejável para o século XXI (MAYA, 2002, p.14).

As pessoas que constituíam a vasta massa pobre existente na Venezuela ao final dos anos 1990 (39% em 1986, e 48% em 1997, compilados pela autora) encontravam-

²⁵Editado pela CLACSO em Buenos Aires, em 2002. A tradução foi realizada pelo autor da presente pesquisa.

se “órfãos de canais de mediação e representação efetivas que garantissem o acesso de suas demandas e aspirações no espaço onde as decisões são tomadas” (MAYA, 2002, p.15). Os protestos tornaram-se os principais canais de ligação com o Estado venezuelano, chegando a serem utilizados, inclusive, por setores sociais de distintos níveis, consolidando-se como ferramenta fundamental do renovado arcabouço político, que se pode chamar, a partir da proposta teórica de Laclau, de populista.

Todo o primeiro capítulo da obra, intitulado “*La protesta de los '90*” (MAYA, 2002, p.13-28) é dedicado a apresentar a onda de mobilizações nas ruas de Caracas que tem como marco inicial o *Caracazo (Sacudón)* de 1989. A autora apresenta a escalada dos protestos ao largo desta década, apresentando os números referentes aos protestos sociais registrados ano a ano. Há uma divisão entre a natureza dos protestos deste período em comparação com os anos que se seguiram ao processo eleitoral de 1999. Aqui, neste estudo, relembra-se brevemente alguns pontos centrais levantados por Maya:

- 1) os mecanismos de *resolução de conflitos e mediação de interesses* erodidos pelas políticas neoliberais importadas pelos governos venezuelanos deram base para novas formas de interação do Estado com a sociedade;
- 2) a natureza das mobilizações era ainda convencional, isto é, davam-se de forma fragmentada e tinham objetivos estritos (MAYA, 2002, p.16).

Devido à crise institucional do Estado venezuelano, a partir principalmente da implantação de políticas neoliberais pelo governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), é logo no início do governo seguinte de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) que estoura, nas ruas da capital, o protesto que ficou como marco do ciclo que ainda hoje parece não haver findado.

Ao anunciar a aplicação de um primeiro programa de ajuste macroeconômico *ortodoxo*, de acordo com as pautas do Fundo Monetário Internacional, estoura primeiro a revolta popular de 27 de fevereiro de 1989 e os dias seguintes, e logo se abre um espiral de protestos com altos e baixos, e peculiares características (MAYA, 2002, p.16).

Maya propõe, segundo esta espiral de protestos, a partir do *Caracazo*, que a natureza das mobilizações alterou-se ganhando o adjetivo de confrontacional, assim caracterizado pela autora: “os protestos confrontacionais se caracterizam por gerar surpresa, tensão e sentimentos de ameaça no adversário e nos não participantes, sem chegar ao uso da violência” (MAYA, 2002, p.19).

Assim, os atores “de emergência” que protagonizam tais protestos têm em comum a pobreza material e, principalmente, “a escassa capacidade de chegar aos espaços em que as decisões são tomadas”. O elemento agregador destas mobilizações, ainda segundo a autora, são os estudantes por se distinguirem dos demais por terem uma larga experiência na política “de rua” e uma importante vocação política, o que lhe tem servido para orientar e mobilizar a outros setores.

Não é objetivo, desta pesquisa, detalhar os acontecimentos de 1999 que permeiaram vários acontecimentos políticos, mas buscar compreender a articulação construída pelos movimentos em protesto cristalizados neste momento na figura de Chávez. Foca-se, no entanto, o momento que Maya apresenta a estruturação do grande apoio popular angariado e articulado pelo movimento político encabeçado por Chávez.

Maya salienta a necessidade do regresso da dimensão cultural nas análises de tais protestos populares visto que eles incluem “um conjunto diverso, complexo e variado de dimensões e temas”. A dimensão cultural, segundo a autora, sempre foi utilizada nas análises de ciência política em que o foco estava relacionado a problemas de coesão. Agora há um esforço de pesquisadores para utilizar tal dimensão em estudos de problema de conflito, o que acaba necessitando de novos referenciais e paradigmas:

Ao nos guiarmos por este conceito para investigar a dimensão cultural do protesto, estamos supondo uma imagem de cultura, não só como fator de coesão e consenso social, senão também como um idioma do conflito e dissenso. Por isso mesmo, entendemos o protesto não como surto de irresponsabilidade caótica, e sim como uma forma da ação racional; e não como uma antítese da organização e da mobilização, e sim como exemplo delas (MAYA, 2002, p.32).

Um dos conceitos centrais da perspectiva teórica elaborada por Maya é o de “*marco de ação coletiva*”. Do ponto de vista analítico, portanto, há marcos que se referem a esquemas interpretativos da realidade que “inspiram e legitimam” mobilizações e atividades não apenas de um indivíduo, mas de todo um movimento social.

Os marcos de ação coletivo são um produto tanto dos esquemas e sentimentos preexistentes em uma população dada, como do ‘trabalho de significação’ que efetuam mobilizadores e organizadores (MAYA, 2002, p.31).

Tal conjunto de esquemas interpretativos tem como finalidade simplificar as análises dos conflitos e lutas sociais enfatizando e priorizando “objetos específicos, situações, eventuais experiências e sequências de ações”. Saliencia a autora que tal ferramenta é um conceito propício na observação de alterações na cultura política de uma sociedade, entendendo ela por cultura política:

o repertório de formas culturais com a qual uma população interpreta relações sociopolíticas e atua em concordância com elas (sic – estas), seja de forma consciente ou inconsciente. Compreende um conjunto de valores e símbolos que tem alcançado consenso em uma sociedade ou em um ator social (MAYA, 2002, p.32).

A primeira pergunta que surge é sobre quem são os atores pesquisados “nas ruas” pesquisados pela equipe de pesquisa coordenada por Maya? Os cinco atores principais identificados e analisados pela autora foram:

- 1) *buhoneros* (trabalhadores do comércio ambulante/informal);
- 2) *jubilados* (aposentados);
- 3) trabalhadores dos tribunais;
- 4) *vecinos* (associações comunitárias);
- 5) estudantes universitários.

A autora dedica um capítulo para cada ator ou agente. Não se pode aqui adentrar na caracterização desenvolvida para cada um deles, mas o que se pode fazer é apresentar parte das conclusões de Maya acerca da análise dos marcos de ação coletiva dos grupos de atores. A autora buscou, como os atores (agentes) conceituaram as demandas durante os protestos, o que, para ela, produziu quatro construções simbólicas usadas com grande frequência, a saber:

- 1) o discurso dos direitos;
- 2) o conceito de Estado rico;
- 3) a descentralização e a reforma democrática;
- 4) uma ênfase na apoliticidade das demandas.

A concepção de adversário ou inimigo construída de alguma forma por todos os atores estudados construiu um tipo de identidade entre os protestos que superou determinados conflitos já existentes entre parte dos atores sobre temas específicos.

Se revisarmos as construções mais comuns sobre a identidade do adversário, encontramos que este tema é o que possui mais conceitos compartilhados pelos cinco atores. A estratégia foi, portanto, mostrar o antagonista da maneira mais desfavorável, e a deslegitimação que padece o Estado venezuelano nos últimos anos, assim como a desinstitucionalização do sistema de partidos (MAYA, 2002, p.152).

Um dos aspectos do que Maya chama de “marco mestre” dos protestos venezuelanos de 1999 é caracterizado pela contra-imagem construída em torno da figura do candidato, e logo presidente eleito, Hugo Chávez Frias.

Estas construções colocaram-se com maior relevo ao utilizar o recurso de contrastar o adversário com imagens de governos ou políticos que são distintos e melhores. Para muitos *buhoneros*, *vecinos*, *pensionados* e *jubilados*, por exemplo, a contra-imagem que utilizavam era a do presidente Chávez e seu governo (MAYA, 2002, p.153).

São muitos os aspectos importantes relacionados à figura de Chávez no processo de protestos na Venezuela de 1999. Contudo, este estudo centra-se apenas no aspecto popular, isto é, na identificação dos atores como participantes de um mesmo movimento popular.

O conceito de ser popular, de pertencer ao ‘povo’, era altamente valorizado entre estes atores como atributo de identidade. Os estudantes, por exemplo, ainda que possam vir de setores médios e ainda médio-altos, identificavam-se como ‘povo’. O mesmo ocorre com os *vecinos*, *buhoneros*, *jubilados* e *pensionados*. Aqui também este conceito pode estar projetando com mais força em 1999, em virtude do discurso hegemônico do presidente Chávez e sua aliança de forças políticas, o qual coloca o sujeito ‘povo’ no centro, com o qual quase todos estes atores buscavam confraternizar-se (MAYA, 2002, p.156).

Ao apresentar a construção da identidade dos movimentos em protesto em sua forma popular, Maya esbarra na ideia de razão populista explicitada por Laclau. Porém, a autora restringe a construção ao seu aspecto discursivo e retórico, no intuito de lembrar a nomenclatura de Laclau. O ‘povo’ não faz parte da construção hegemônica, como proposta pelo autor argentino, visto que a autora venezuelana trabalha a construção da totalidade social, a partir de sua concepção de marco mestre.

Enfim, diferentemente da proposta analítica de Ernesto Laclau, Margarita López Maya procura, nesse trabalho, um marco mestre em uma das várias motivações que os atores em protesto conjugavam.²⁶ Acha na ideia de “direito”, ou a falta dele, o marco mestre principal compartilhado por todos ao longo dos protestos e que culminará na alteração da carta constitucional venezuelana.

Todo marco mestre cumpre a função de ressaltar, em um dado momento, certas condições sociais como injustas ou imorais em relação a outras. Em 1999, vimos que a violação dos ‘direitos’, em uma acepção muito extensa da palavra, é o núcleo das condições sociais intoleráveis para estes atores. Se trata (sic – Trata-se), então, de um marco mestre ‘elástico’, no sentido de que cabem nesta construção conceitual muitos significados, ideias, experiências. Estes direitos que foram violados são aqueles aprendidos nas escolas e pelos discursos políticos desde 1958, e tem sido vinculados ao conceito de democracia (MAYA, 2002, p.159).

É muito sutil o distanciamento de perspectiva teórica entre os dois autores, a ênfase no próprio processo constitutivo da identidade popular proposta por Laclau acaba suplantada no trabalho de Maya em prol de uma resposta fechada, que se pensa impossível neste estudo, em torno da ideia indefinida de direito e de democracia.

²⁶ Curioso é que, em trabalhos futuros, Maya vai apropriar-se das obras de Ernesto Laclau e alterar parte da sua concepção de “marco mestre”. Indica-se a obra na presente bibliografia de Maya acerca dos processos políticos de 2002, leia-se golpe de Estado, publicado em 2006.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi traçar a trajetória da “teoria do populismo” na obra acadêmica de Ernesto Laclau com vistas a apreender de que modo o **povo** está inserido tanto na literatura acadêmica das ciências sociais, como nos movimentos políticos e sociais da América Latina. O principal interesse da pesquisa foi investigar como se dá a relação entre o povo e a sociedade, tomando como referência as obras de Ernesto Laclau em que o povo ocupa um papel central em seus estudos.

Inicialmente procurou-se estudar as ideias e propostas do autor sobre o populismo, ainda em forma de esboço, elaboradas em meados da década de 1970, e que já objetivavam a construção de um novo arcabouço teórico que desse conta dos acontecimentos de então.

Buscou-se, assim, analisar, do ponto de vista de Laclau, a noção de populismo, partindo do pressuposto que as teorias existentes nas ciências sociais não davam contas das contradições sociais existentes em uma sociedade de massas na modernidade. Tal perspectiva propõe que se busque olhar os movimentos sociais da atualidade sem predeterminações (de forma apriorística), fugindo do vício de “purificar” conceitos que venham a retratar as situações ou os acontecimento que envolvem as lutas e conflitos sociais.

Partindo da separação analítica do antagonismo entre classes sociais e do antagonismo entre o povo e o bloco de poder, Laclau, ainda incipiente, relativiza a já clássica noção de classes sociais com a derivação a partir dela de uma segunda polaridade baseada na relação entre o povo e o bloco de poder. É interessante salientar que para o autor os blocos de poder na modernidade estão sempre em movimento e conflito direto entre si, sendo o povo o denominador comum.

A partir dos seus trabalhos mais recentes, sua teoria pretende explicitar o processo de formação de uma identidade popular, a partir de cada demanda popular pleiteada por grupos formados ao seu redor. Os encadeamentos de muitas dessas demandas, quando não satisfeitas pelas instituições de governo e de Estado, é o que, para Laclau, proporciona um momento populista. Este somente se estruturará, mesmo que minimamente, a partir do momento em que uma das demandas venha a

representar todo o complexo popular formado. A isto ele chamou de um processo hegemônico e populista.

Cabe observar os momentos fundamentais de entrelaçamento das bandeiras políticas, assim como os desentrelaçamentos impostos pelo “sistema capitalista”. O capitalismo apresenta-se, no início do século XXI como um grande labirinto, devido ao seu desenvolvimento caótico e ininterrupto nos últimos séculos, são vários os tipos de muros por ele levantados.

Pensou-se que a aceitação deste arcabouço teórico não necessita, em contrapartida, que se abandone a noção de classes sociais. Ao contrário do que foi proposto por Ernesto Laclau, pensa-se ser interessante e útil para as análises sociais e políticas a absorção, ou até mesmo uma redefinição de sua alternativa visão teórica.

Mais do que negar que a noção de classes sociais está perdida no tempo, pensou-se que tal estratégia teórica poderia vir a dar uma nova leitura no sentido de que resgate o sentido e a posição que ela já alcançou um dia.

O caso da Venezuela, assim como do Equador e da Bolívia, para se ficar restrito às nações da América do Sul, aponta para a necessidade de estudos que auxiliem os estudiosos a compreendê-los melhor. Uma nova janela se abriu aos movimentos políticos de teor popular e socialista em todas as partes de nosso continente americano. São dois os problemas a serem focados futuramente caso venha-se a aceitar, mesmo que parcialmente, a perspectiva populista.

O primeiro está na ainda inconsistência atingida pelos movimentos políticos que já se apresentaram em sua forma populista. Cabe acompanhar os desdobramentos com o intuito de conferir a sua unidade identitária e a manutenção do sentido socialista apresentado, visto que não foram poucos os “socialismos” de nossa história que descambaram aos mais diversos tipos de fascismos.

O segundo está na necessidade da construção de teorias que acompanhem os movimentos políticos populistas em nosso continente, munindo-os não só de estudos sobre as realidades sociais dos trabalhadores e cidadão (mesmo que pseudocidadãos), mas principalmente de perspectivas de integração de lutas e nações.

Notou-se, para tanto, que se adentrou novamente em uma era populista, e são muitas as possibilidades de desdobramento das emergências populares, tanto de esquerda como de direita. Enfim, penetrou-se em uma era de conflito direto, não apenas no âmbito internacional, como também em pequena escala, na qual, em cada localidade, seja possível uma construção identitária populista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Buenos Aires: FCE, 2003.

CANOVAM, Margaret. **Populism**. Londres: Ed. Junction Books, 1981.

CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP /Ed. Boitempo, 1997.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e suas histórias: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

GERMANI, Gino. **Autoritarismo, fascismo y populismo nacional**, Buenos Aires: Ed. Temas, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (vol. 5). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

GROPPO, Alejandro José. **Los dos príncipes: Juan D. Perón y Getulio Vargas, un estudio comparado del populismo latinoamericano**. Villa Maria: Ed. Eduvin, 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira: 1968.

IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest. **Populismo: sus significados y características nacionales**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1969.

LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in Marxist theory: Capitalism, fascism, populism**. Londres: Ed. New Left Books, 1977.

LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Londres: Ed. Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Ed. Siglo XXI, [1985]1987.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. "Prefácio a segunda edição espanhola de *Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia*" In: VILLALOBOS-RUMINOTT, Sergio (Org.). **Hegemonía y Antagonismo: el imposible fin de lo político**. Santiago: Ed. Cuarto Propio, 2002.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. Londres: Ed. Paperback, 2005.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, Ernesto. **Debates y Combates: por un nuevo horizonte de la política.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

LANDER, Edgardo. Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas & pós-cinemas.** Campinas: Ed, Papirus, 1997.

MAYA, Margarita López (coord.), SMILD, David e STPHANY, Keta. **Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción coletiva en 1999.** Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MAYA, Margarita López. Venezuela 2001-2004: *Actores y estrategias en la lucha hegemónica.* In: CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

PAULINO, Ribério. **Socialismo do século XXI: o que deu errado?** Goiânia: Ed. Kelps, 2008.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 17/18, 2006.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** Lisboa: Mareantes Editores, 2007.

SADER, Emir. **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

SAES, Décio. **Democracia.** 2ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teórico**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. 2 vols. São Paulo: Ática, 1994.

VILLALOBOS-RUMINOTT, Sergio. (Editor) **Hegemonía y Antagonismo: el imposible fin de lo político**. Santiago: Ed. Cuarto Propio, 2002.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.